

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA, AMBIENTE E SOCIEDADE

RAPHAEL WANDERSON GOMES RODRIGUES

**A GEOGRAFIA VAI AO SHOPPING CENTER: AS SOCIOESPACIALIDADES
ESTABELECIDAS ENTRE O TERRITÓRIO DA VILA CRISTALINA E O SHOPPING
DA ILHA NO CONTEXTO URBANO DE SÃO LUÍS - MA**

São Luís

2024

RAPHAEL WANDERSON GOMES RODRIGUES

**A GEOGRAFIA VAI AO SHOPPING CENTER: AS SOCIOESPACIALIDADES
ESTABELECIDAS ENTRE O TERRITÓRIO DA VILA CRISTALINA E O SHOPPING
DA ILHA NO CONTEXTO URBANO DE SÃO LUÍS - MA**

Dissertação apresentada ao Curso de Geografia, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão como pré-requisito para obtenção título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho.

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA.

Gomes Rodrigues, Raphael Wanderson.

A Geografia vai ao Shopping: as socioespacialidades estabelecidas entre o território da Vila Cristalina e O Shopping da Ilha no contexto urbano de São Luís, Ma / Raphael Wanderson Gomes Rodrigues. - 2023.

78 p.

Orientador(a): Samarone Carvalho Marinho.

Dissertação(Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Produção do Espaço Urbano. 2. Usos Territoriais.
3. Shopping da Ilha e Vila Cristalina. 4. 5. I. Marinho,
Samarone Carvalho. II. Título.

RAPHAEL WANDERSON GOMES RODRIGUES

**A GEOGRAFIA VAI AO SHOPPING CENTER: AS SOCIOESPACIALIDADES
ESTABELECIDAS ENTRE O TERRITÓRIO DA VILA CRISTALINA E O SHOPPING
DA ILHA NO CONTEXTO URBANO DE SÃO LUÍS - MA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Maranhão, como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Antonio José de Araújo (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos (Avaliador Externo)
Universidade Federal do Maranhão

*Aos meus filhos Adriell e Rafaellen,
ofereço.*

*Aos moradores da comunidade Vila
Cristalina, dedico.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente dissertação é produto de uma trajetória acadêmica que teve início em 2022 quando ingressei no curso de Mestrado em Geografia, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, de uma batalha constante para obter bons resultados na academia e atingir o objetivo de realizar uma dissertação e seguir adiante como educador e pesquisador.

Gostaria de manifestar meus agradecimentos a todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente com esta pesquisa e também àqueles, que estiveram carinhosamente presentes na minha vida.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, o autor da vida, por permitir-me ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização desta dissertação. A Ele seja a glória!

Ao meu orientador Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho pelas palavras de sabedoria inextinguível, pelos encaminhamentos e estima pessoal. Por ter lançado a semente de pesquisa no início de minha caminhada acadêmica. Pelas palavras de encorajamento e perseverança. Pela forma como conduziu a orientação.

Ao coordenador do curso de Mestrado em Geografia, Ambiente e Sociedade, Prof. Dr. Marcio José Celeri que foi porta-voz de meu ingresso no curso *strictu sensu* na ciência geográfica e a quem importunei para a organização do presente curso de mestrado há uns sete anos atrás, quando na graduação.

Aos professores pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso, em especial, ao Prof. Sávio José Dias Rodrigues, ao Prof. Dr. Marcelino Silva Farias Filho, a Prof^a. Dr^a Zulimar Marita Ribeiro Rodrigues e ao Prof. Dr. Antônio José de Araújo.

Ao Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos do Departamento Geociências da Universidade Federal do Maranhão (Campus Pinheiro) pelos encaminhamentos metodológicos na qualificação.

A todos os mestrandos da minha turma pelo ambiente amistoso no qual convivemos e solidificamos os nossos conhecimentos, o que foi fundamental na elaboração deste trabalho. Muito obrigado Ana Carolina Coutinho Carvalho, Anderson David Martins de Araujo, Giovanny Cid dos Santos Castro, Ian Moura

Martins, Marcelo Ferreira Serra, Charlestony Costa de Carvalho, Lidielze Oliveira Dourado, Perla do Nascimento Rocha e Samara do Nascimento Souza.

A Universidade Federal do Maranhão. A todos os funcionários terceirizados, administração e colaboradores.

Aos moradores da Vila Cristalina pela paciência e receptividade durante as pesquisas em campo.

A Sr^a Rainha Izabel Pinheiro Pereira – representante comunitária da Vila Cristalina - pela paciência, sabedoria e fibra. A luta continua!

A Klenne Vilanova pelos serviços de adequação e formatação do texto final da minha pesquisa.

Aos professores Jonh e Fábio pela revisão de tradução do resumo deste trabalho.

Aos meus familiares, pela paciência com minhas ausências em momentos festivos e de confraternização familiar.

A minha mãe Edina Maria Lima Gomes, ao meu pai Heraldo de Moraes Rodrigues e a minha madrinha Rosenildes Guimarães Muniz pelo apoio afetivo durante a minha trajetória acadêmica.

A mulher a quem eu entreguei minha juventude e decidir compartilhar os meus melhores sonhos, meu amor Adriellen Mary Araújo Rodrigues. Obrigado pelas palavras de alento, confiança e sabedoria.

E, finalmente, a minha filha Rafaellen Araújo Rodrigues, minha primogênita e ao meu filho Adriell Araújo Rodrigues, aos quais ofereci este trabalho.

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota”.

Theodore Roosevelt.

RESUMO

O contexto da desigualdade do espaço urbano brasileiro originam uma série de questões ligadas ao conceito de usos territoriais pelo país. Neste sentido, esta dissertação teve como objetivo compreender as socioespacialidades contraditórias estabelecidas entre o território da Vila Cristalina e o Shopping da Ilha no contexto urbano de São Luís. O materialismo histórico permitiu entender os processos de (re) produção do espaço urbano e seus respectivos usos territoriais. Os preliminares obtidos apontaram para um abismo social existente entre duas realidades tão próximas do ponto de vista geográfico.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; usos territoriais; Shopping da Ilha e Vila Cristalina.

ABSTRACT

The context of inequality in Brazilian urban space gives rise to a series of issues related to the concept of territorial uses across the country. In this sense, this dissertation aimed to understand the contradictory socio-spatialities established between the territory of Vila Cristalina and Shopping da Ilha in the urban context of São Luís. Historical materialism allowed us to understand the processes of (re)production of urban space and their respective territorial uses. The preliminaries obtained pointed to a social abyss between two realities so close from a geographical point of view.

Key words: Production of urban space; territorial uses; Shopping da Ilha and Vila Cristalina.

RESUMEN

El contexto de desigualdad en el espacio urbano brasileño da lugar a una serie de cuestiones relacionadas con el concepto de usos territoriales en todo el país. En este sentido, esta tesis tuvo como objetivo comprender las socio-espacialidades contradictorias establecidas entre el territorio de Vila Cristalina y el Shopping da Ilha en el contexto urbano de São Luís. El materialismo histórico permitió comprender los procesos de (re)producción del espacio urbano y sus respectivos usos territoriales: los preliminares obtenidos apuntaban a un abismo social entre dos realidades tan cercanas desde el punto de vista geográfico.

Palabras llave: Producción de espacio urbano; usos territoriales; Shopping da Ilha y Vila Cristalina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Vila Cristalina	33
Figura 2 - Área de mangue, cursos d'água do Rio Anil, APP e empreendimentos públicos e privados.....	34
Figura 3 - Perfil dos moradores da Vila Cristalina entrevistados	35
Figura 4 - São João da Thay no Espaço Reserva do Shopping da Ilha	41

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Localização dos shoppings centers na Ilha do Maranhão	28
MAPA 2 - Localização do Shopping da Ilha no município de São Luís	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - A urbanização brasileira entre os séculos XIX e XX	19
QUADRO 2 - Shoppings inaugurados a partir de 2010 em São Luís	27

LISTA DE SIGLAS

ABRASCE – Associação Brasileira de Shopping Centers.

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão.

ASA – Ação Solidária Adventista.

CAEMA – Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão.

CEPRAMA – Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão

CBERS – Satélite China-Brasil de Recursos Terrestres.

COHAB – Companhia de Habitação.

COHATRAC – Comunidade Habitacional dos Trabalhadores Comerciais.

COHAMA – Cooperativa Habitacional do Maranhão.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IMN – Inspetoria de Monumentos Nacionais.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

IPEM - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ONU – Organização das Nações Unidas.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Nacional.

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública.

SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana.

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	16
CAPÍTULO 1: URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: CIDADES PLANEJADAS PELO CAPITAL E PARA A SUA REPRODUÇÃO	17
1.1 OLHARES SOBRE O SHOPPING CENTER.....	21
1.2 SÃO LUÍS: DE PROVINCIANA AO MUNDO BUSINESS	25
CAPÍTULO 2: “NOVA” VILA CRISTALINA: TRANSFORMAÇÕES ADVINDAS DA INSTALAÇÃO DO SHOPPING DA ILHA.....	32
2.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES HISTÓRICAS: O SHOPPING DA ILHA COMO ‘NOVO’ CENTRO CULTURAL-ECONÔMICO DE SÃO LUÍS	38
2.2 SOCIEDADE DE CONSUMO E OS SHOPPINGS CENTERS	42
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO	52
APÊNDICE B - ENTREVISTAS TRANSCRITAS	53

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A temática da presente dissertação é fruto de uma inquietação que emergiu em 2017 diante do expressivo crescimento dos shoppings centers no município de São Luís. Entre 2010 e 2017, cinco inaugurações se seguiram na capital maranhense alterando não só a estrutura física da cidade, bem como os hábitos e os comportamentos de moradores e visitantes.

A época, em nível de monografia de graduação, eu propus uma discussão sobre o crescimento dos centros de compras na Ilha do Maranhão. O mosaico descrito da produção capitalista do espaço obtido como resultado preliminar deixou lacunas a serem apreciadas. Diante da complexidade e da multiplicidade da temática, do dinamismo das cidades e dos processos de reestruturação urbana que as envolve, foi necessário retomar o objeto de estudo refazendo leituras, propondo novos diálogos com outros autores no campo da Geografia e da Sociologia Urbana e com os moradores da Vila Cristalina que residem “no palco” onde as contradições socioespaciais com o Shopping da Ilha estão colocadas.

Neste sentido, registro que em um estudo de caso, instrumento este norteador da presente dissertação, assentado na premissa que procurou avaliar um todo e não somente o objeto de estudo em si, corresponde a uma abordagem de pesquisa qualitativa que tem como objetivo analisar um fenômeno real e complexo em seu contexto natural. Enquanto pesquisador, eu procurei investigar o caso das socioespacialidades estabelecidas entre a Vila Cristalina e o Shopping da Ilha, no contexto urbano de São Luís, buscando compreender suas características, suas causas e seus efeitos.

Destarte, faço uso de uma pesquisa do tipo qualitativa, estruturada em dois segmentos, onde, em primeiro lugar, proponho uma discussão teórica e sintética sobre como o capital fomentou a construção da urbanização brasileira, lanço olhares sobre o fenômeno shopping center e sua função como impulsionador da economia desde de meados de século XX, faço um breve resgate histórico sobre a gênese dos shoppings centers modernos e descrevo quando e como a cidade de São Luís, outrora provinciana, teve sua estrutura física e social alterada pelos shoppings centers.

Em segundo lugar, faço um recorte histórico a partir de 1985 em São Luís, sobre a produção do espaço, a modernização e a inserção dos shoppings centers

como fomentadores de novos modos de vida para a classe média na cidade, enclaves acessíveis apenas a uma parte da população e vistos como uma nova centralidade na cidade de São Luís, estabelecendo os aspectos formadores e os processos das relações de contradições socioespaciais entre o Shopping da Ilha e a Vila Cristalina.

Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos de análise, a saber, pesquisa documental direta e indireta, mais precisamente abrangendo os aspectos bibliográficos, como livros, teses, dissertações e artigos das plataformas *Science Direct*, *SciELO*, além de anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB) e cartográficos, como a análise-comparação das imagens de satélite, retiradas do site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), destacando as rupturas e permanências do uso e ocupação do solo no recorte espacial que circunscreve a pesquisa; observação direta intensiva em que se destacaram nove entrevistas padronizadas, mais precisamente envolvendo os moradores da Vila Cristalina, que detém o que denomino de “fala autorizada” sobre a percepção das mudanças advindas da instalação do empreendimento na localidade; e, por fim, faço a análise, seleção e tabulação das informações e dados obtidos a partir das pesquisas direta e indireta.

CAPÍTULO 1 – URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: CIDADES PLANEJADAS PELO CAPITAL E PARA A SUA REPRODUÇÃO

O mundo está cada vez mais urbanizado. Em meados do século XX cerca de 30% da população mundial vivia em cidades. Em que pesem as múltiplas e complexas formas para se definir os centros urbanos, não há como negar que, atualmente, mais de metade da população mundial vive em cidades e estima-se que esta proporção aumentará para cerca de 70% nos próximos 25 anos (ONU, 2022). Por um lado, o processo de urbanização dos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, via de regra, ocorreu de forma lenta, processual e ordenada. Por outro lado, nos países latino-americanos, o fenômeno foi comumente marcado pelo crescimento acelerado, abrupto e desordenado (Villaça, 1999).

A esse respeito, nos países latino-americanos, o processo de urbanização foi particularmente dinâmico, assim o constata o fato de que, nas últimas três décadas do século XX, a população urbana cresceu 240%, o que atualmente coloca

esta região como uma das mais urbanizadas do mundo em desenvolvimento (Díaz, 2005). Elementos como pobreza, vulnerabilidade, exclusão social e segmentação socioespacial, grosso modo, caracterizam o fenômeno por toda a região (Díaz, 2005).

Historicamente o Brasil vem acompanhando um ritmo de incremento urbano similar a esfera mundial. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1960 e 2010, a população absoluta brasileira passou de um pouco mais de 72 milhões de habitantes para aproximadamente 191 milhões de indivíduos, e nossa população citadina passou de 44% para impressionantes 84% (IBGE, 2010). Tais dados classificam o Brasil como um dos países com maior população urbana do mundo.

Ainda que de forma heterogênia, considerando a dimensão continental do país, que nos permite falar em “brasis”, os motivos para este crescimento expressivo estão ligados a um conjunto de fatores. O declínio nas taxas de mortalidade e a expansão significativa dos serviços de saneamento básico, que ampliou as redes de água encanada e de esgoto, melhorando assim, as condições sanitárias de boa parte da população; a melhoria das condições médicas-sanitárias da população em geral, visto que novos medicamentos e vacinas, por exemplo, passaram a combater e controlar, de maneira eficaz, doenças que até então provocavam muitas mortes, são as principais razões para o significativo crescimento urbano.

Nesse sentido, nas palavras de autores como Teixeira e Ribeiro (2016):

A urbanização no Brasil é marcada por processos de atração das pessoas do campo para as atividades profissionais do nascente urbano, que estimularam o fluxo migratório das pessoas em busca de empregos condições de trabalho. Esse movimento dos trabalhadores em busca de trabalho e a indústria nascente necessitando de mão de obra estão intrinsecamente ligados e desencadearam, grosso modo, os processos de industrialização e urbanização no Brasil [...] a urbanização brasileira revelam que o espaço urbano no Brasil esteve muito ligado ao processo de industrialização, que era (e ainda é) ditado pelo capital. As cidades são reflexos da decadência do campo tradicional, e contrapartida o surgimento da indústria no Brasil, compreendendo que uma atividade estabelece relações com outra. O crescimento da indústria é reflexo dos investimentos do Estado nesse setor, por meio das transferências investimentos dos impostos para industrialização ou para facilitar as relações de produção (Teixeira; Ribeiro, 2016, p. 2).

O projetar a cidade, em contrapartida, acabou sendo mais um reflexo que demonstra a relação do capital com o território, pois as medidas tomadas pelo Estado para modificar o espaço geográfico geralmente estiveram ligadas com um

planejamento urbano atrelado ao capital financeiro e especulativo (Teixeira; Ribeiro, 2016).

Conforme observamos no Quadro 1, o histórico da urbanização brasileira pode ser dividido em fases. Estas, por sua vez, revelam como o Estado produz chão (Corrêa, 1995). Quer de forma omissa, quer em caráter intervencionista. Atrelado aos demais agentes do capital, como a iniciativa privada e seus tentáculos, as ações que formaram o território nacional revelam a intencionalidade do Estado brasileiro que, de mãos dadas com o capital, modelou o território dos/nos grandes centros, quer litorâneos, como é caso da capital maranhense, quer interioranos (Quadro 1).

QUADRO 1 - A urbanização brasileira entre os séculos XIX e XX.

A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX			
SEGUNDO LEME (1991)		SEGUNDO VILLAÇA (1999)	
PERÍODO	CARACTERÍSTICAS	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
1895 a 1930	Criação de projetos de reordenamento das cidades brasileiras por meio de alargamento de vias para a viabilização do mais novo meio de transporte, o bonde; significativa atenção para a circulação de mercadorias e pessoas.	1895 a 1930	Período de embelezamento das cidades. As obras eram feitas priorizando projetos harmônicos.
1930 a 1950	Marcado pela elaboração de projetos com uma visão de totalidade. O objetivo era a articulação entre os bairros periféricos e o centro das cidades.	1930 a 1950	Consistiu na aplicação de técnicas com bases na ciência, cuja finalidade era resolver problemas urbanos.
1950 a 1965	Iniciam-se os planos regionais marcados pelos processos de metropolização, em que houve novas formas de intervenção do Estado como desmontes e aterros.	1950 a 1965	Continuidade aos projetos do segundo período. Ademais, marcado pelas discussões sobre Plano Diretor.
Organizado pelo autor com base na referência: LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo, esse desconhecido. In.: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). O novo Brasil urbano : impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995		Organizado pelo autor com base na referência: VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In.: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.	

Fonte: autor, 2024.

Ainda que a periodização dos autores seja distinta, observa-se que em ambas as análises, o planejamento urbano no Brasil limitou-se ao que Teixeira e Ribeiro (2016) denominaram “projeto de fachada” na medida em que não houve uma preocupação para além do aspecto estético-urbano. Em outras palavras, as cidades brasileiras, grosso modo, foram pensadas para atender interesses privados de uma

elite financeira que não optou por uma solução duradoura dos problemas estruturais citadinos. Ao contrário, tomou o caminho mais fácil: a solução privada dos problemas como a ineficiência de serviços médicos-sanitários, educacionais e que envolvem a segurança pública. Vide, por exemplo, como os condomínios e torres residenciais se espalharam pelos grandes, médios e pequenos centros urbanos das cidades brasileiras. Por outro lado, ainda conforme o raciocínio dos autores supracitados, o planejamento que ocorreu em países da Europa Ocidental, como Alemanha, Reino Unido e França, e nos Estados Unidos, correspondeu a uma ação concreta do Estado, que optou pelo planejamento efetivo das cidades (Teixeira; Ribeiro, 2016). Destarte, as ações que formaram o território nacional revelam a intencionalidade do Estado brasileiro que aliados ao capital transformou o território em áreas centrais, e em contrapartida o processo de segregação demonstra as rugosidades materializadas no espaço especulativo (Ibidem, 2016).

Em síntese, as desigualdades socioespaciais no espaço urbano são percebidas e vivenciadas pela sociedade em geral. Os habitantes das cidades, sobretudo dos países latino americanos, estão expostos todos os dias a uma realidade urbana, caracterizada pela injustiça espacial, onde, por um lado, milhares de trabalhadores não têm acesso à habitação digna, consumo, circulação e lazer e, por outro lado, um reduzido número de sujeitos com elevadas condições de uso, apropriação e domínio da/na cidade. Isto se explica pelo fato de que as desigualdades socioespaciais são parte e expressão do processo de urbanização capitalista, que é produto, ferramenta e condição da reprodução ampliada do capital.

Em diálogos com Moysés Rodrigues (2007, p. 75), é possível inferir que a desigualdade socioespacial,

é visível, até para os olhares desatentos, a 'oposição' entre áreas ricas e áreas pobres. Porém, a compreensão de causas e conteúdos de crises, problemas, contradições, conflitos não é explicitada o que dificulta entender a complexidade da produção, consumo do e no espaço.

Destarte, o desafio do pesquisador é ir além das aparências para compreender e analisar a complexidade da desigualdade. Além da disparidade imediata, isto é, àquela que é visível e latente, onde temos as áreas citadinas desejadas em contraste com àquelas rejeitadas, é de suma importância decifrar as raízes históricas dessa produção segregacionista.

Conforme lemos em Teixeira e Ribeiro (2016, p. 1):

uma das características mais marcantes no espaço geográfico brasileiro é a segregação espacial das classes sociais em distintas cidades, que se configuram como um processo desencadeado por arbitrariedades que produzem cidades cada vez mais desiguais. As materialidades não acontecem de maneira espontânea, uma vez que não há uma opção para a classe trabalhadora se aproximar de áreas centrais, mas sim ocorre em decorrência de efeitos de supervalorização do solo que cada vez mais excluem a população pobre para as áreas periféricas.

A esse respeito, aponto para uma premissa que permeia toda a presente dissertação: as políticas públicas do Estado brasileiro, em linhas gerais, acontecem para privilegiar grupos historicamente favorecidos à custa de questões sociais que foram ignoradas no todo ou em parte, principalmente no quesito direito à cidade.

1.1 OLHARES SOBRE O SHOPPING CENTER

Considerando que a estrutura dos grandes centros urbanos mundiais desde meados do século XX é cada vez mais marcada pela presença dos shoppings centers é comum verificar, seja no campo das mídias sociais, seja no cotidiano citadino, a utilização do seguinte questionamento: “pode ser no shopping”? Tal pergunta reforça a ideia de que uma parcela cada vez mais crescente de pessoas fazem do shopping center um lugar que, para além do consumo, enseja a criação de memórias afetivas e sociabilidade.

Encontrar uma definição para o elemento shopping center e tudo o que ele representa ao longo da história é uma tarefa desafiadora. De qualquer forma, há um aspecto que parece conectar todas as definições modernas do termo: o surgimento dos shoppings centers modernos relacionam-se com o cenário socioeconômico das primeiras cinco décadas dos Estados Unidos da América (Rybczynski, 1996).

Para Engel, Blackwell e Miniard (2005), o primeiro shopping center foi inaugurado em 1922, no Kansas, Missouri, Estados Unidos. Trata-se do *Country Club Plaza*. Outros autores como Crawford (2000) e Cresswell (2004) destacam ainda o *Highland Park Shopping Village*, em Dallas, no estado do Texas, também nos Estados Unidos, inaugurado em 1931, como o primeiro shopping center planejado, no conceito muito similar ao supracitado *Country Club Plaza*, mas ocupando um único local (sem ser repartido por ruas) e ainda com as frentes das lojas voltadas para o interior do centro comercial e não para as ruas, formato este

inovador para a época. Entretanto, Entrikin (1989) considera como o primeiro Shopping Center fechado, nos padrões atuais, o *Southdale*, inaugurado em 1956 em Edina Minnesota, nos Estados Unidos com todas as características de um centro de compras atual, incluindo climatização e lojas de departamento funcionando como âncoras. Este último autor representa a origem dos shoppings centers que norteará o presente trabalho.

Uma significativa parte das definições do termo shopping center está ligada ao viés mercadológico (Pedroti; Pedroti, 2005; Agostini, 2012; Peres, 2017). Nesta acepção, os shoppings centers se apresentam como um simulacro de cidade de serviços em miniatura. Pintaudi (1992, p. 15-16) define-o como:

[...] um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviços. (...) A estrutura e funcionamento do empreendimento são controlados por um setor administrativo, necessário para o funcionamento eficaz do shopping center, o que significa dizer que é o setor, cuja responsabilidade é zelar pela reprodução do capital da empresa. Além disso, está a presença e um parque de estacionamento, cujo tamanho se encontra na dependência do porte do empreendimento e de sua localização. Historicamente, é um fenômeno característico das sociedades capitalistas monopolistas.

Ainda, em PSILLAKIS (1984, p. 11) lemos o seguinte:

[...] os shopping centers apresentam-se como um sistema de distribuição varejista planejado, controlado e equilibrado composto de lojas harmoniosamente distribuídas, que oferece conforto, prazer e eficiência àqueles que se servem desta instituição.

As premissas supracitadas nortearão e muito o ponto de vista sustentado ao longo do texto. Em harmonia com o pensamento de Dramali (2010) é possível compreender a sociedade urbana por meio dos shoppings centers. Isso porque neles se revelam a linguagem máxima da aquisição e do prazer. Aqui o consumo e o lazer estão entrelaçados. Portanto, são interdependentes.

O universo dos shoppings centers é cercado de controvérsias. De acordo com Padilha (2012), na perspectiva econômica do presente século, os mesmos são cruciais para a manutenção do capital e de seus interesses. Como protagonista no cenário socioeconômico da atualidade o elemento em tela desponta como privilegiado da comunicação e do consumo.

Em que pesem as críticas elencadas aos shoppings centers e a sua classificação como um não lugar, enquanto categoria geográfica como encontramos em Augé (2012), advogo, em sintonia com o raciocínio de Freitas (1999), que estes

fornece novas e diferentes formas de sociabilidade urbana para além da função econômica propriamente dita. Nessa mesma direção, Soares (2000) explica que os shoppings centers são ambientes que geram sociabilidade, conforto e segurança.

Equitativamente, Alvarenga (2017) verificou como os “rolezinhos”, dentro de seu recorte geográfico, a saber, na Grande Vitória, capital do estado do Espírito Santo, região pioneira na concepção nacional dos empreendimentos, traduz o desejo de sociabilidade e visibilidade por parte dos jovens moradores da periferia de grandes centros urbanos. Itens como conforto, segurança, economia de tempo para os clientes fomentam tais comportamentos em diversas regiões do país e do mundo (Andrade, 2007). Em estudos anteriores sobre o surgimento dos shoppings centers em São Luís, obtive encaminhamentos que estão alinhados com as mesmas premissas encontradas pelos autores supracitados (Rodrigues, 2018).

Após a inauguração do primeiro shopping center, o Iguatemi, em 1966, no estado de São Paulo, há uma lacuna temporal no avanço desses empreendimentos pela região sudeste do país (Bartoly, 2007). Foi somente na década de 1980 que ocorreu uma significativa expansão dos shoppings centers, a princípio no âmbito regional. A grande fluidez das metrópoles industriais altamente expandidas no espaço, especialmente em São Paulo, associada à difusão do uso do automóvel e do transporte de massa facilitaram a incorporação do shopping center ao dia-a-dia de muitos latino americanos e brasileiros (Santos, 1999).

Fabricando sua homogeneidade, desde então, os shoppings centers compartilham características que o mundo empresarial denomina *malls* – expressão que consiste em combinar lojas âncoras nas extremidades dos empreendimentos, forçando os consumidores a caminharem por todo o Center para contemplá-las e, imperceptivelmente, fazê-los passearem pelas lojas satélites – menores em tamanho, mas oferecendo serviços específicos e personalizados (Teixeira; Barros, 2016).

Atualmente os shoppings centers constituem centros de consumo amplificados e diversificados. Oferecem não apenas a compra de produtos, mas também serviços e oportunidades de lazer. São espaços ainda mais ficcionais pela relação que estabelecem com o isolamento e pela oposição entre o “*mundo exterior*” e o “*mundo interior*” (Padilha, 2008). Segundo Andrade (2007, p. 8) “*espaço é organizado para proporcionar uma abstração completa do mundo externo e do*

espaço, de modo que não sabemos se é dia ou noite, se está chuvoso ou ensolarado lá fora". Este é o confinamento do espaço público no espaço privado.

Castello (2005) cunhou o termo "*lugares de clonagem*" para designar a estratégia dos shoppings centers em reproduzir o espaço urbano de forma confinada. Dentro desses ambientes encontramos ruas e praças e parte representativa da estrutura urbana citadina. Desta feita, apresentadas as condições de reprodução do capital, a artificialidade dos shoppings centers fez de sua aplicação e operação um sistema universal que se reproduz em diversos espaços terrestre (Ferreira; Rocha, 2022).

Aliando rentabilidade e engenho, estes projetos evoluíram para unidades multiusos que podem incluir: torre comercial, sistema hoteleiro, centro de saúde, centro de ensino superior, serviços de cidadania e afins. Além disso, estão sendo desenvolvidas estratégias para atrair a atenção das pessoas e incentivar as compras: ambientes comuns de estudo e trabalho, áreas gastronômicas, serviços familiares, academias, vagas ampliadas de estacionamento, rede de conexão à internet, entre outros (Souza; Rocha, 2022).

No âmbito das relações sociais, encontramos em Padilha (2003, p. 26) uma conotação que coaduna com o nosso estudo em tela, quando lemos que:

A urbanidade vai sendo remodelada, na medida em que os espaços públicos comuns, geridos pelas prefeituras ou governos estaduais, passam a ser insuficientes impróprios ou inseguros (por diversas e complexas razões) para o convívio social ou para as atividades de lazer das pessoas. Os realizadores e administradores dos shoppings centers sabem que a realidade do 'mundo de fora' apresenta problemas e, ao invés de colaborarem, na arena de políticas públicas, para a busca comum de soluções a fim de revalorizar o sentido de comunidade, escolhem a direção oposta da solução individualizante do lucro privado.

Na mesma direção, Caldeira (1997) sustenta que os shoppings centers evidenciam as desigualdades sociais, isso na medida em que acentuam a segregação socioespacial urbana, ou seja, a desigualdade socioespacial é uma característica das cidades modernas. Os residentes das cidades são expostos todos os dias a realidades urbanas caracterizadas pela injustiça espacial. Por um lado, milhares de trabalhadores não têm acesso a habitação, consumo, mobilidade e lazer adequados, enquanto, por outro lado, determinados sujeitos desfrutam de padrões elevados de condições de uso, apropriação e dominação da/cidade (Araújo da Silva, 2022).

Por isso, conforme observamos nas grandes e médias cidades latinas americanas, o poder público em associação com a iniciativa privada, procura criar condições de alocar os shopping o mais próximo possível das vias expressas com o intuito de facilitar o acesso da clientela que dispõe de veículos particulares de locomoção (SILVA. 2005). Em contrapartida, Sposito (1991) ressalta que os centros de compras também passaram a fazer parte do programa semanal das classes sociais de menor aporte financeiro. Principalmente, quando o empreendimento se instala numa área desprovida de infraestrutura que possibilite a sociabilidade e o lazer dos residentes. Pelo omissividade, o poder público direciona o fluxo dessas pessoas que sobrevivem no entorno dos shoppings centers para o seu interior, fomentando, assim, a reprodução e fortalecimento do capital.

1.2 SÃO LUÍS: DE PROVINCIANA AO MUNDO *BUSINESS*?

Considerando a realidade histórico-geográfica do município de São Luís, encontramos em Corrêa (1989) a tipologia mais próxima e inerente à agência social na produção do espaço urbano. Isso corresponde às ações e estratégias do estado, dos detentores de capital e dos promotores imobiliários que majoraram nos últimos anos (Ferreira, 2014).

O governo desempenha um papel importante na construção do espaço citadino. O estado exerce sua política de gestão do espaço urbano, *“sempre premido ou ‘acossado’, de um lado pelo capital que o encarrega de garantir as condições gerais de reprodução e, de outro lado, pelas necessidades e reivindicações dos habitantes”* (Moraes; Costa, 1987, p. 180).

À lógica do capital, a função e o papel do Estado, ora omissivo, ora intervencionista é produzir “chão, espaço tecnicamente passível de ocupação, via obras de drenagem, desmontes e aterros” (Correa, 1995, p. 28). Ademais, “a atuação do Estado se dá de diferentes modos: pressionada e permeada de interesses da empresa em consideração, a municipalidade, além de instalação rápida de equipamento de consumo”(Ibidem, grifo nosso).

Em diálogos com as contribuições de Ferreira (1999; 2009; 2014; 2017), enumero alguns marcos na cronologia do comércio no município de São Luís. No século XVI com a construção da Praça da Praia Grande, São Luís começa a lançar às bases do comércio que, inicialmente, restringia-se ao incipiente escambo no início

do povoamento e a importação de produtos europeus como o azeite português. No século XVIII, ainda quanto ao capital comercial, destacamos as casas importadoras e exportadoras em função da presença da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1758).

Em meados do século XX, observamos uma intensa relação comercial, sobretudo, na Rua Grande, com a instalação de empresas de renome nacional como é caso das Lojas Riachuelo (1983); da Mesbla (1985); e, das Lojas Americanas (1989) (Ferreira; Silva, 2005). A influência de tais empreendimentos pode ser sentida também na Praça João Lisboa e na Avenida Magalhães de Almeida. Poucos anos depois, isto é, a partir de 1960, emerge no cotidiano ludovicense um novo subcentro comercial, a saber, o bairro do João Paulo, como uma espécie de alternativa à Rua Grande (Ferreira, 2014).

Na década de 1990, três fatores foram primordiais para o incremento varejista na cidade. O primeiro deles diz respeito ao aumento da oferta de empregos gerados pelo Sistema de Financiamento de Habitação. O segundo, gira em torno do incremento de políticas públicas de moradia, de grandes projetos como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale, e do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), “cujos investimentos contribuíram para ampliar as possibilidades de diversificação e acúmulo de capital” (Ferreira, 2012, p. 23).

Ademais, identifico o pioneiro Tropical Shopping implantado em 1986 no Jardim Renascença; o Supermercado Lusitana, com sua loja âncora, o *Garden Shop* inaugurado em 1990, no bairro da Cohama; o Monumental Shopping, localizado no Jardim Renascença, inaugurado em 1995; o Colonial Shopping, denominado de “o shopping do povo” por ser localizar no maior centro de compras populares do estado – a Rua Grande – inaugurado em 1995; e o Távola Center, inaugurado em 1996, no bairro da Areinha como impulsionadores dos centros de compras na cidade e que exerceram grande influência na cidade entre os anos 1980 e 2000 (Lima, 1997).

Até o início dos anos 2000 os shoppings centers da cidade concentravam-se na porção noroeste, em bairros como Jardim Renascença e Jaracati. A partir da segunda década do século XXI, com a inauguração do Shopping Rio Anil, estes se expandiram no sentido sudeste da cidade abarcando bairros como Angelim, Bequimão, Maranhão Novo, Cohab, Turu, Cohatrac, Anil, e especialmente aos condomínios residenciais ao longo da Estrada de Ribamar, a rodovia estadual MA - 201 entre os bairros da Forquilha e Saramanta (MAPA 1). Na atualidade existem 11

shoppings centers em São Luís segundo a Associação Brasileira de Shoppings Centers (ABRASCE). Juntos, estes empreendimentos somam uma área bruta locável de mais de 284 km² (ABRASCE, 2023). A partir de 2010, seis inaugurações se seguiram conforme observamos na quadro 2.

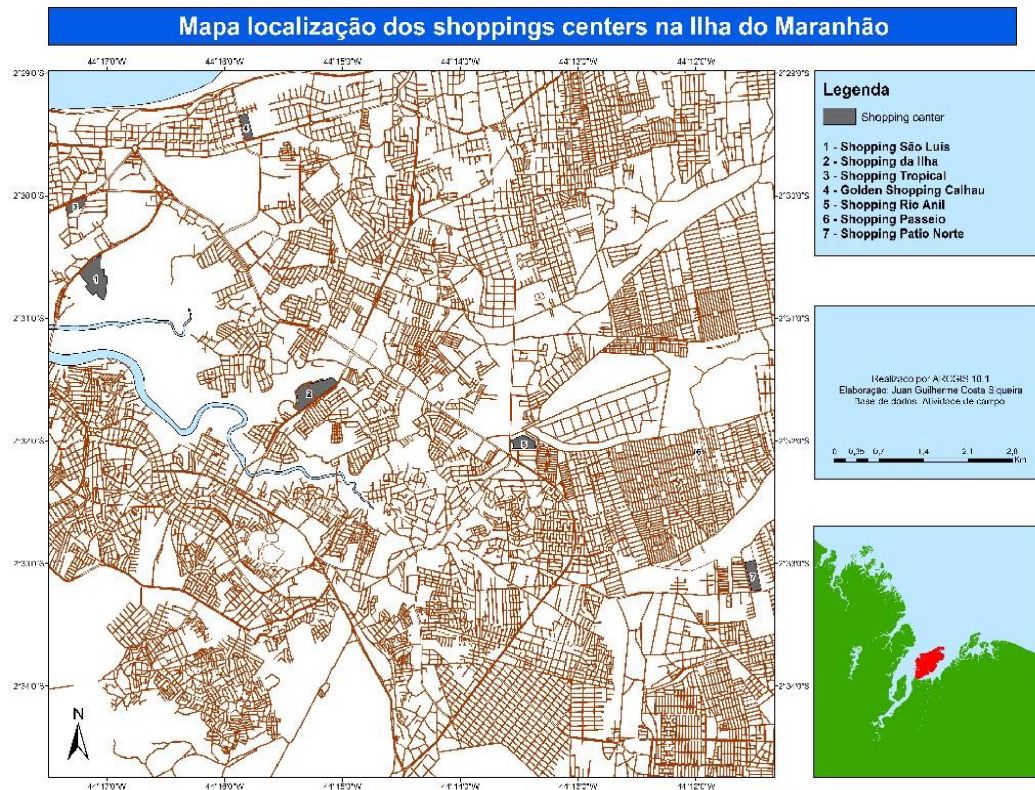
QUADRO 2 - Shoppings inaugurados a partir de 2010 em São Luís - MA.

SHOPPING CENTER	BAIRRO	ANO DE INAUGURAÇÃO
Rio Anil Shopping	Turu	2010
Shopping da Ilha	Cohama	2011
Shopping Pátio Norte*	Saramanta	2015
Shopping Passeio	Cohatrac IV	2015
Shopping Golden	Calhau	2017
Shopping Rua Grande	Centro	2023
*Shopping localizado na Estrada de São José de Ribamar, MA-201, Km 05, nº 1000, região limítrofe entre os municípios de São Luís e São José de Ribamar.		

Fonte: o autor, 2024.

Conforme revelado em trabalhos anteriores (Rodrigues, 2018) todos os empreendimentos que carregam a alcunha shopping center desfrutam de características em comum. Certo grau de centralidade, marcado pela oferta de bens e serviços atrelados à comodidade e segurança que, por sua vez, atraem diversos segmentos sociais; estacionamento proporcional à sua área de vendas; praça ou corredor de alimentação, parque de diversão; e, sua administração dá-se como uma unidade.

MAPA 1 - Localização dos shoppings centers na Ilha do Maranhão.



Fonte: o autor, 2024.

Tais intervenções modelam e transformam a cidade pela estrutura viária, pelo deslocamento de populações, pela valorização de áreas urbanas, pela alteração de rotas das linhas de transporte coletivo, pelo aumento dos pontos de congestionamento e pela redução de áreas de recarga do aquífero. Além das modificações no âmbito físico, pode-se indicar, ainda, a transformação de hábitos e práticas, sobretudo no campo das relações sociais. Por exemplo, um passeio, antes realizado em espaços públicos abertos, como praças e parques, agora é feito no interior dos shoppings centers. Esses espaços de consumo oferecem a pacificidade que a cidade do século passado ofertava e, consequentemente, atraem frequentadores ávidos pelo entretenimento com segurança.

Destarte, recorremos às considerações de Azevedo Silva (2009) que, em nível de Brasil, fez uma criteriosa análise da evolução recente do terciário indicando que seu incremento está associado ao crescimento da urbanização. Segundo o autor a concentração da população em áreas urbanas exigiu, por exemplo, um

crescimento do terciário em serviços coletivos de saúde, de infraestrutura, de recreação, de educação, da administração pública, dentre outros.

À vista disso, Atkinson (2020) ao discorrer sobre o processo de elitização de Londres, aponta para uma lógica semelhante que se reproduz em nosso estudo em tela, mesmo na periferia do capital, no qual promotores privados são exaltados como salvadores da economia da cidade e que atrela seu dinamismo e vitalidade ao aporte de capital estrangeiro. Desde o início do século XXI o referido educador se dedica a temas correlatos como segregação, gentrificação e criminalidade urbana. Segundo Monteiro:

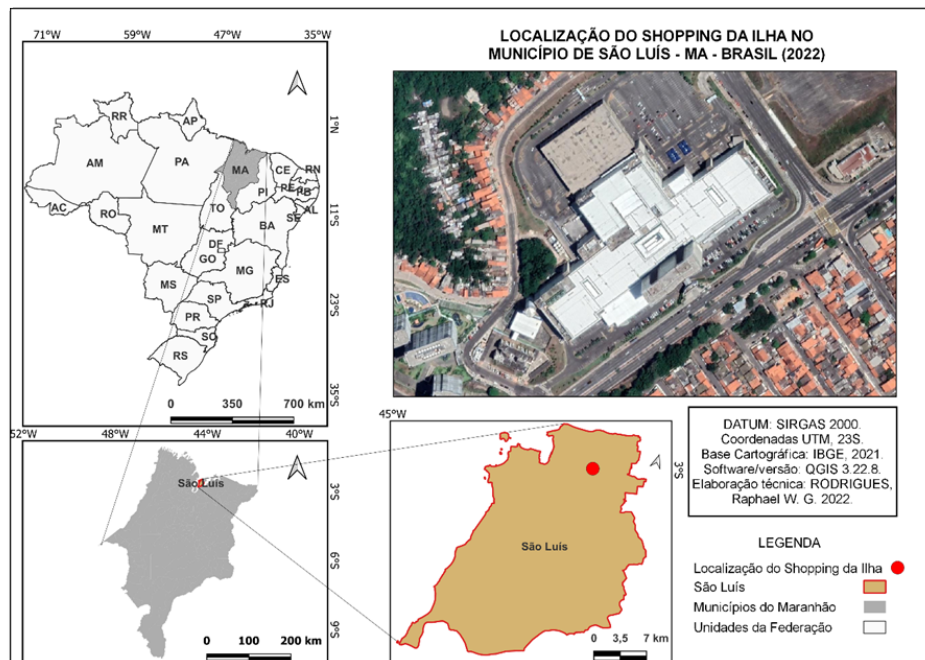
Um dos temas recorrentes em seus trabalhos (...) é a apropriação do espaço urbano pelas elites e os impactos dessa ação sobre os mais pobres (...). Atkinson lembra que Londres é o exemplo por excelência de metrópole que se desenvolveu sob o jugo da aristocracia e da burguesia, amparadas no imperialismo britânico, em especial no período vitoriano. No pós-guerra, no entanto, as elites tiveram sua hegemonia restringida pela ação de governos trabalhistas e social-democratas, que fortaleceram o Estado de bem-estar social e promoveram o sentimento de responsabilidade compartilhada diante dos problemas sociais. Mas a crise financeira global de 2008 representou uma reviravolta no contexto político e na evolução urbana de Londres, culminando naquilo que o autor identifica como o resgate do controle da cidade pelas elites (Monteiro, 2021, p. 256).

Nesse sentido, se por um lado, a crise respaldou o discurso da austeridade, viabilizando cortes em programas e em investimentos sociais que acabaram por deteriorar a qualidade de vida das camadas populares – em especial suas condições de habitabilidade, pelo desmantelamento do sistema público de moradia social. Por outro lado, justificou a implantação de medidas pró-mercado, incentivando a entrada de capitais por meio de facilidades fiscais e da remoção de regulações sobre transações financeiras. Desta feita, estavam expostas as condições ideais para a captura da cidade pela chamada elite global, um processo que contou com ampla conivência de atores políticos locais, sejam públicos, sejam privados (Monteiro, 2021).

A transformação do espaço urbano trouxe elementos cada vez mais diversos e complexos para compor esse cenário, e um dos componentes que melhor traduz as características do novo padrão espacial é o shopping center (Silva e Barbosa, 2019). Essa dinâmica urbana apresenta um rico e interessante panorama de seu desenvolvimento político, econômico e cultural. Nesse sentido, discuto a função do shopping center no espaço urbano. O Shopping da Ilha (Mapa 2) e a Vila Cristalina na cidade de São Luís limitam o presente recorte geográfico, mas

preservam à lógica capitalista que a impulsionam. A produção do espaço urbano revela a realização da vida cotidiana e a forma como a sociedade produz o espaço habitacional (Carlos, 2015).

MAPA 2 - Localização do Shopping da Ilha no município de São Luís - MA.



Fonte: o autor, 2024.

Não obstante, no recorte geográfico que circunscreve o estudo, tem-se revelado as formas de produção da vida cotidiana, da forma como o espaço é criado através da forma como a sociedade faz do espaço um momento de produção. Aprofundar a discussão na temática é relevante em detrimento da “explosão” no surgimento desses centros de compras observada na última década na capital maranhense. A análise das mudanças no espaço e na sociedade ao longo do tempo é um aspecto importante que a Geografia tenta estudar. A esse respeito, Santos (2014, p. 103) salienta que:

Teorizar sobre a ciência geográfica equivale a procurar caminhos para entendermos o fenômeno geográfico. Uma situação geográfica, ou seja, o que um lugar é, num determinado momento, sempre constitui o resultado de ações de diversos elementos, que se dão em diferentes níveis. Esses elementos são variáveis, pois mudam de significado através do tempo.

A cidade na periferia do sistema capitalista está submissa ao capital especulativo. Em que pese à mutabilidade do espaço urbano, por ser reflexo social e

porque a sociedade tem a sua dinâmica, uma vez que “o condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção” (Correa, 1995 p. 8 e 9). Sintomas desse processo foram à construção de condomínios fechados, torres residenciais e, sobretudo, dos shoppings centers, espaços que, por um lado, são segregados e homogêneos diminuindo a diversidade do ambiente urbano e excluindo uma parcela da sua população. Por outro, transformam a paisagem urbana (seja pelo valor de uso ou pelo valor de troca) movimentam a economia (na medida em que geram empregos diretos e indiretos) e alteram a mobilidade urbana (fomentando intervenções no trânsito, alterando ou criando novas linhas de transporte coletivo, reduzindo às áreas de recarga dos aquíferos, entre outros).

A especulação imobiliária em um tecido urbano expandido e os avanços nas tecnologias de transportes, comunicações e segurança, definiram mudanças no padrão de segregação espacial. Considerando segregação (possuidora de uma dimensão social e uma dimensão espacial) como sendo a separação, exclusão ou diferenciação entre indivíduos, privando-os da igualdade de direitos e deveres e oportunidades, podemos entender que ao modelo de segregação centro-periferia, sobrepõe-se o padrão dos enclaves fortificados, intensificando as tensões entre “incluídos” e “excluídos” que, próximos, mas separados por muros tendem a circular menos ou utilizar áreas comuns mais próximas à sua Geografia (Santos, 2008).

Assim, a produção do espaço capitalista tem por caracterização a análise dos shoppings centers como sendo um refúgio da realidade. Na verdade, tais espaços configuram como cidades irreais (Rodrigues *et al.*, 2011). Seus administradores reconhecem que a realidade do mundo afora se desdobra em problemas e mazelas. Em vez de colaborar com uma solução pública e duradoura optam pelo caminho oposto: a solução privada (Maricato, 2000).

A partir dos objetivos supraditos, fica claro o quanto é importante entender os vários modelos que a sociedade junto com o cenário urbano adquire para atender as exigências capitalistas. Nesse sentido, a (re) produção do espaço urbano torna-se um conceito-chave que fortalece o entendimento entre o capital no momento de sua ampliação e o estágio de inovações urbano-capitalistas do centro comercial.

Nosso objeto de estudo revela que tal lógica se reproduz em diferentes contextos históricos e geográficos na chamada periferia do capital, sobretudo na América Latina desde meados do século XX.

CAPÍTULO 2 - A “NOVA” VILA CRISTALINA: TRANSFORMAÇÕES ADVINDAS DA INSTALAÇÃO DO SHOPPING DA ILHA

A ocupação da Vila Cristalina iniciou-se em 1969 dentro de um contexto habitacional peculiar da cidade de São Luís. Segundo Vasconcelos (2014), na década de 1960, São Luís apostava em uma dinamização de sua economia através dos novos investimentos, entre estes a construção de um novo porto que pudesse escoar as riquezas de Carajás. Entre 1960 e 1970, foi registrada uma taxa de incremento populacional que já somava quase o dobro da registrada na década anterior (MARANHÃO, 1976).

Paralelo a este quadro, era registrado também o crescimento da habitação informal, instigada pela ausência direta do Estado na questão habitacional. *“Diante de uma população estimada em 251.389 habitantes, aproximadamente 40.000 desses residiam em palafitas que representavam, em termos percentuais, cerca de 16% daquele número estimativo em 1969”* (RIBEIRO JUNIOR, 2001).

Desta feita, podemos afirmar que a comunidade em tela localizada na intersecção da avenida Daniel de La Touche com a Via Expressa, logo atrás do Shopping da Ilha é mais um sintoma da ausência de políticas públicas de moradias na cidade de São Luís. Pela absoluta falta de alternativa, a Vila Cristalina fora ocupada. Segundo Santos e Silva (2016), uma faixa de 4000 mil pessoas residem na comunidade.

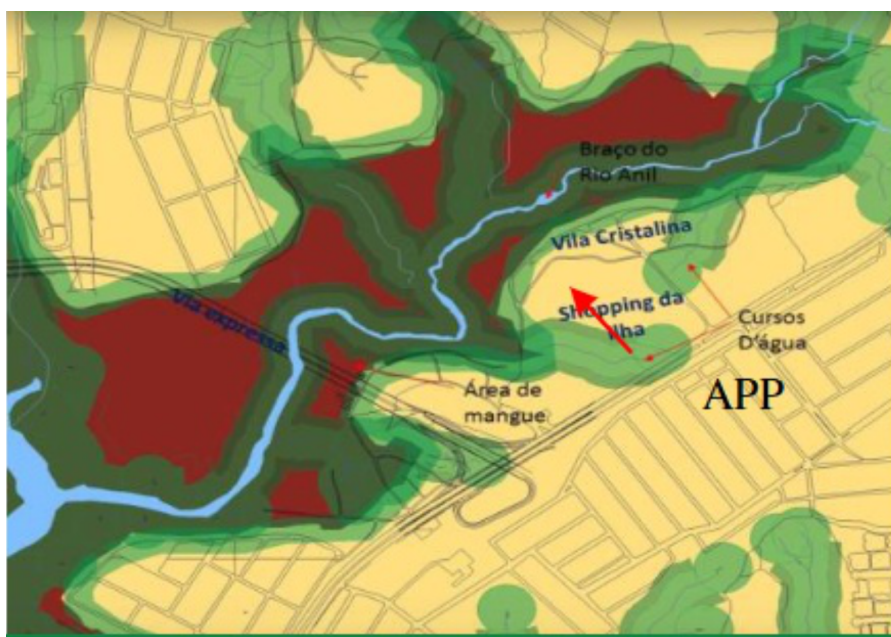
A partir de informações obtidas durante as entrevistas realizadas com os pioneiros moradores da comunidade, a toponímia do logradouro deu-se por conta das inúmeras fontes de águas naturais com potencial mineral que existiam alí até a primeira década do século XXI.

À vista disso, neste tópico, elenco as rupturas e as permanências identificadas na Vila Cristalina entre os anos finais da primeira década do século XXI e a segunda década do referido século.

aspecto físico-estrutural, o cotidiano dos moradores que optaram por resistir aos avanços do capital na área.

Segundo Santos e Silva (2016), grande parte das fontes que outrora se encontravam a disposição da comunidade, após as intervenções supracitadas, foi aterrada, no todo ou em parte, sobretudo por conta da construção do Shopping da Ilha e da Via Expressa às margens da comunidade (Figura 2). Nas palavras de Santos e Silva (2016, p. 16): “os empreendimentos em questão foram construídos sob uma APP (Área de Preservação Permanente segundo a Legislação Municipal), em cima de uma área de mangue e cursos d’água do Rio Anil, estes que são responsáveis pelos olhos d’água encontrados na Vila Cristalina”.

Figura 2 - Área de mangue, cursos d’água do Rio Anil, APP e empreendimentos públicos e privados.



Fonte: SANTOS, Táris Lisandro Aires dos. A partir do LAPA - Laboratório de Paisagem e Meio Ambiente.

Para clarificar o referencial teórico que sustenta a presente produção, foram realizadas nove entrevistas nos dias 08 de fevereiro e 20 e 21 de março de 2024. Tal quantitativo se justifica pela dificuldade encontrada durante as visitas técnicas, haja visto que alguns moradores negaram-se a conceder entrevistas em virtude de questões judiciais que estão em curso entre os mesmos e a empresa responsável pela construção do residencial e do shipping. Ouvi moradores que não residiam no mesmo imóvel. Antes da realização da entrevista propriamente dita, em

uma conversa informal, apresentei os objetivos da coleta de dados a cada entrevistado (a).

A escolha dos foi motivada por conta de seu endereço domiciliar contemplando a via principal do bairro, as áreas de moradias subnormais (lê-se palafitas) e a via secundária que dá acesso ao Ipase de baixo e localizada paralela ao condomínio Ilha Parque. Com o objetivo de identificar padrões, tendências e relações entre os dados, de modo a compreender o fenômeno estudado de maneira abrangente, foram ouvidos jovens, adultos e idosos. A entrevistada mais jovem tem 18 anos de idade. A entrevistada mais experiente 64 anos. O objetivo era extrair o maior número de percepções possíveis. Como já fora dito, além da avenida principal do bairro, outros logradouros foram incluídos na pesquisa com o intuito de, com a diversidade geográfica, maximizar as percepções coletadas. Registro que mesmo com a existência da relatividade quando se trata da extração de uma percepção socioambiental de determinado recorte geográfico, optou-se por seguir este método entendendo ser este o que melhor se encaixa com os objetivos delineados para o trabalho.

Figura 3 - Perfil dos moradores da Vila Cristalina entrevistados.



Fonte: o autor, 2024.

Dentre as percepções comuns ao que relataram os entrevistados, destacam-se cinco aspectos relevantes a partir das intervenções que se seguiram de 2009 em diante no palco do estudo em tela.

Em primeiro lugar, uma entrevistada destacou a pretensa valorização dos imóveis do bairro, pois ‘morar próximo ao shopping’ sugere inclusão ao modelo urbano apregoado pelas metrópoles do século XXI. Por falar nisso, segundo levantamento feito pelo ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers) realizado entre 2007 e 2011, a valorização de imóveis próximos a novos centros comerciais foi 46% superior ao restante da cidade de São Paulo (ABRASCE, 2023). Embora o item tenha sido mencionado por apenas uma das entrevistadas e o levantamento apresentar uma tendência e não uma constatação local, opto por utilizar o termo “pretensa valorização” e não valorização propriamente dita do aspecto positivo pontuado na entrevista.

Em segundo lugar, os moradores ouvidos relataram que houve uma melhoria na questão da segurança pública, em virtude da nova iluminação pública e do fluxo de veículos que acaba sendo um fator inibido da prática de delitos e/ou o abandono de cadáveres no mangue próximo a comunidade. Sobre isso, Casagrande (2020) afirma que a iluminação é vital para a estrutura pública de uma sociedade, envolvendo uma melhor segurança e organização social dos indivíduos.

Em terceiro lugar, os entrevistados relataram as oportunidades para compras sem a necessidade do uso de transporte (seja coletivo ou privado), sobretudo, considerando a necessidade de aquisição dos itens básicos como os de mercearia e de hortifrúti na rede de supermercado que integra o complexo varejista do Shopping da Ilha. A rede de supermercados que integram o complexo varejistas, bem como os serviços de cinema são as áreas mais frequentadas pelos moradores da Vila Cristalina no shopping.

Em quarto lugar, a pavimentação de algumas vias do bairro, que facilita o acesso ao shopping e, por conseguinte, aos moradores da Vila Cristalina que residem na via principal e na via paralela ao condomínio Ilha Parque, foi destacado como influência positiva por partes dos residentes ouvidos.

Por último, as oportunidades de emprego para alguns poucos moradores que foram integrados ao mercado de trabalho, seja em caráter temporário ou permanente, principalmente na construção civil e na rede de supermercados que integra o centro de compras em questão.

Por outro lado, quase a totalidade dos entrevistados mencionou quatro aspectos negativos que causaram e ainda causam descontentamento na comunidade. Em primeiro lugar, os danos estruturais em seus respectivos domicílios foi um ponto recorrente em suas falas. Problemas estruturais como rachaduras, que ocasionam até a interdição de alguns imóveis, quando da construção do centro de compras ainda são notórios. Existe uma disputa judicial em curso para que os respectivos danos sejam reparados e, por isso, os moradores ouvidos optaram por não permitir registros fotográficos. Além disso, os alagamentos intensificaram-se com a impermeabilização do solo. A drenagem realizada não foi/suficiente para receber a água pluvial. O resultado são transtornos aos moradores que, em dias chuvosos, ficam encarcerados, tendo o direito de ir e vir furtado.

Em segundo lugar, a comunidade não tem mais acesso aos recursos naturais que, outrora, dispunham. As fontes cristalinas foram aterradas e/ou estão inutilizáveis. O acesso ao mangue de onde eram extraídos animais como o caranguejo e o sururu, que estão limitados pelos aterros construídos e pelo descarte de esgoto proveniente do Shopping da Ilha. Desta feita, até mesmo os encontros sociais das mulheres lavadeiras de roupa foi furtado da comunidade. As crianças que desfrutavam de banhos coletivos na bica encontram-se privadas de tal possibilidade. Não existem praças, quadras poliesportivas ou estruturas que permitam a recreação, o lazer e a convivência dos moradores.

Em terceiro lugar, a dinâmica viária foi radicalmente afetada. O trânsito foi adequado para atender a demanda de retorno para o centro de compras e acesso aos bairros adjacentes ao shopping, como é o caso do Bequimão, do Maranhão Novo e do Ipase de cima. A via principal de acesso ao bairro tornou-se mão única. A velocidade de fluxo de veículo não é controlada. Não há sinalização para disciplinar o trânsito. Não existem redutores de velocidade, câmeras de videomonitoramento, lombadas ou quebra-molas e nem a presença de um agente de trânsito nos horários de maior fluxo e dias úteis. Durante a realização das entrevistas, que ocorreram entre às 17h e 21h, onde o fluxo de trânsito é intenso, a velocidade com que os veículos transitavam era alta para uma via local.

Os moradores ouvidos identificaram a ausência de espaços públicos de vivência. Não existem praças, quadras, parques, pistas ou qualquer outra estrutura que possam fomentar entretenimento, prática de atividade física, esporte ou lazer. As crianças e adolescentes da comunidade dividem espaço com os veículos que

circulam pelo bairro. Os encontros sociais e a prática de caminhadas realizadas principalmente pelos adultos e pelos idosos, outrora comuns a realidade da Vila Cristalina, estão inviáveis. Registra-se que o direito ao lazer consta na Constituição de 1988 no título II, cap. II, art. 6, como um dos direitos sociais; o termo aparece em outras ocasiões, mas é tratado, quando à formulação de ações, no título VIII, capítulo III, seção II, do Desporto, no art. 217, n.º 3. e último § do item IV – “O Poder Público incentivará o lazer – como forma de promoção social (BRASIL, 1988). A esse respeito, Marcellino, *et al*, 2006. p. 61 e 62 nos diz:

A iniciativa privada vem criando novos espaços de lazer no ambiente urbano. Mas num país periférico como o Brasil, a grande maioria da população não possui condições financeiras de desfrutar de espaços de lazer pagos. Dessa maneira, o poder público, por meio de política lazer, deve criar novos equipamentos e espaços e revitalizar os antigos. Com isso, a população em geral poderá ter maior disponibilidade de acesso às atividades de lazer, tendo-se garantido, assim, o seu direito constitucional.

Os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas revelam uma relação histórica conforme nos diz Sousa Santos (2009). De um lado temos o colonizador e, do outro, o colonizado. Os últimos se tornam presos e impedidos de sair do nicho social que habitam. A Vila Cristalina, pode representar o que o autor supracitado denomina de materialização do pensamento abissal. O contraste entre o Shopping da Ilha, símbolo do capitalismo e, por conseguinte, do consumismo, e da Vila Cristalina, uma comunidade carente de saneamento, infraestrutura urbana e serviços educacionais, médicos e assistenciais de qualidade é gritante (Santos Moraes; Silva da Hora, 2016).

Por fim, e não menos importante, é necessário registrar que, segundo os moradores ouvidos, os empregos prometidos pelo grupo Sá Cavalcante, para a comunidade local não alcançaram índices satisfatórios. Em que pese às participações de moradores na construção civil, quando da construção dos empreendimentos, as vagas de estágio na rede de supermercado que integra o shopping center, não há registros de mais que uma dezena de trabalhadores que poderiam representar o que podemos chamar de compensação pelos impactos e transtornos gerados pela construção e instalação do empreendimento na região.

2.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES HISTÓRICAS: O SHOPPING DA ILHA COMO UM 'NOVO' CENTRO CULTURAL-ECONÔMICO DE SÃO LUÍS.

As cidades brasileiras fabricadas no período colonial estão relacionadas com a história e o progresso do país, se apresentando como atributos de um período, representações de um período histórico. Da estrutura urbana dessas antigas cidades coloniais brasileiras, nem tudo se conservou tal como era naquele período, já que a cidade acompanha o ritmo de cada tempo e, com ele, a sua respectiva dinâmica social. Nesse sentido, o debate nessa relação com o passado favorece diferentes leituras daqueles espaços urbanos, bem como de seus aspectos socioculturais.

Como efeito, a patrimonialização do patrimônio vem se consolidando no Brasil desde 1933 quando da criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN). Desta emerge o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN), em 1937, que mais tarde tornou-se o famigerado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Todos estes organismos constituem-se como sendo um conjunto normativo desenvolvido que visavam à preservação do patrimônio cultural brasileiro, tendo no tombamento a principal medida de proteção e preservação, que o Estado buscou impedir a degradação de tais riquezas histórico-culturais (Vincó, 2022).

Nessa linha, Vincó nos diz (2022, p. 02):

De norte a Sul do Brasil, cidades históricas tentam fazer de seus patrimônios vetores de mercantilização para atrair investimentos, um mercado cada vez mais acirrado e competitivo. Tais cidades são produzidas e destinadas para o consumo visual de uma estética histórica, alimentando os anseios de grupos específicos motivados pelo turismo cultural e excluindo moradores pobres dos espaços mais cobiçados pelo mercado imobiliário e financeiro.

A eminente ameaça de que todo o patrimônio histórico nacional fosse derrubado sob o pretexto de abrir caminho para a modernidade, foi uma força propulsora para as dinâmicas preservacionistas em todo o Brasil (Costa; Scarlato, 2009). Em São Luís não foi diferente. A capital maranhense foi reconhecida como Patrimônio Cultural Mundial em 1997. O título foi concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) considerando os cerca de 5400 prédios tombados, incluindo igrejas, palácios e sobrados com azulejos. Isso sem contar a diversificada tradição cultural e por ser exemplo de

cidade colonial portuguesa, com traçado preservado e conjunto arquitetônico representativo.

Costa (2014) aprofunda tal discussão quando propõe o conceito de “*Patrimonialização Global*”. Para o autor, “a patrimonialização global é um novo mecanismo socioeconômico e cultural de transformação dos territórios de identidade, de ressignificação dos lugares de memória” (Costa, 2011, p. 86). Nesse seguimento, os administradores da cidade, seja na esfera pública ou na esfera privada, desejam incluir os bens culturais locais no cenário global de turismo. Desta feita ocorre o que podemos denominar de processo de ressignificação dos lugares em escala global. Como já mencionado, há uma intensa busca dos administradores do urbano para inserção dos bens culturais na rede internacional do turismo (Venco, 2022).

A esse respeito, a capital maranhense, parece se encaixar ao conceito defendido pelo último autor supracitado quando lemos que a patrimonialização global corresponde a transformação dos territórios de identidade, de ressignificação dos lugares de memória.

O patrimônio cultural assumiu um significado mercadológico, passou para a esfera da comercialização na nova gestão do espaço urbano vinculado aos ditames globais de preservação mercantil do patrimônio. E os shoppings centers contribuíram e muito para tal resultado. Vide o que ocorrem anualmente com as tradicionais festas juninas da cidade de São Luís. Com algumas exceções, até o fim do século passado essas manifestações culturais estavam restritas aos bairros periféricos. No entanto, sobretudo nas duas últimas décadas foram incorporados ao calendário e ao *glamour* dos shoppings centers contribuindo assim para a uma maior elitização de uma festividade popular.

Essas mudanças respondem ao que Harvey (2005) explicitou como sendo o fim de um período chamado “administrativismo”, marcado pelos elevados investimentos públicos no urbano, porém, que devido à crise fiscal dos Estados na década de 1970 e o crescimento dos ideais neoliberais, reduziu-se drasticamente ação estatal em tais espaços, fazendo com que as cidades precisassem traçar novos caminhos para manutenção e ampliação dos lucros no competitivo mercado das cidades. Esse é o momento que inaugura a fase chamada de “*empreendedorismo*” urbano. Nas palavras do autor, “nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral, emergindo em todo o mundo capitalista

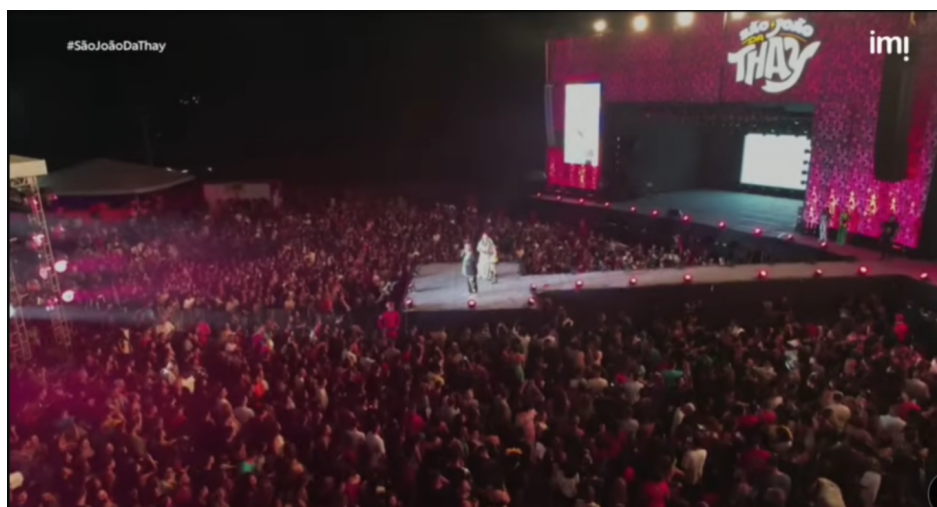
avançado: os benefícios positivos que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico.” (Harvey, 2005, p.167).

Segundo as informações disponibilizadas na página inicial do empreendimento (Shopping da Ilha, 2024) o mesmo fora inaugurado em dezembro de 2011 e se consolidou como principal centro de compras, serviços, lazer e entretenimento do Maranhão, tornando-se a porta de entrada de grandes marcas no Estado, contando com mais de 300 operações, sendo mais de 70 marcas exclusivas. Integra o complexo varejista a maior rede de supermercados do norte e nordeste do país. O shopping oferta um conjunto de serviços nas áreas de moda, gastronomia, serviços de cidadania, saúde, beleza e entretenimento. O empreendimento é referência na realização de grandes eventos, uma vez que dispõe do chamado Espaço Reserva que abriga eventos, feiras e exposições de ordem local, regional e nacional em diversas áreas como no campo da religiosidade, da saúde e do desporto e lazer.

O Shopping da Ilha faz parte do Grupo Sá Cavalcante, que possui 49 anos de mercado, é formado por quatro unidades estratégicas de negócio: Shopping Centers, Incorporação Imobiliária, Franquias, Comunicação e está presente nas regiões norte, nordeste e sudeste do país em estados como Maranhão, Espírito Santo, Pará, Piauí e Rio de Janeiro. Anualmente o centro de compras recebe mais de 10 milhões de frequentadores e/ou potenciais consumidores.

Considerando o alinhamento de ações entre a esfera pública e a privada saliento que um total de quatorze linhas de transporte coletivo circulam entre os bairros e o centro histórico e áreas adjacentes da cidade via Shopping da Ilha. Eventos culturais como as já mencionadas festas de São João que ocorriam, quando organizadas pela esfera pública estadual, sobretudo, nas áreas centrais históricas da cidade como no Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão (CEPRAMA), no Aterro do Bacanga e no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (IPEM) e demais regiões do centro histórico como uma forma de reviver/valorizar/movimentar o mesmo foram, nos últimos anos, incorporadas aos shoppings centers e áreas análogas (Figura 4) que oferecem a pacificidade e segurança da cidade do século passado, sendo estes ambientes controlados seja pelas forças de segurança pública, seja pela segurança privada.

Figura 4 - São João da Thay no Espaço Reserva do Shopping da Ilha.



Fonte: Foto/Reprodução do Youtube. Link: <www.youtube.com/watch?v=StAc-LoFZyA>, 2024.

A nefasta demanda por mais espaços para a ampliação capitalista, “subjungando tudo que fosse interpretado como atraso ao desenvolvimento, foi o que fez crescer a motivação por proteção de espaços, objetos e festas que de alguma forma são representativos de um tempo e espaço” (VINCO, 2022, p. 4). Isso, no caso de eventos culturais-religiosos supracitados, assumem o que denomino de uma nova centralidade aliados ao *glamour* das catedrais do consumo - lê-se shopping centers.

Nesse seguimento é possível afirmar que São Luís, enquanto cidade histórica possuidora de uma série de monumentos reservados e transformados em patrimônio adentrou ao século XXI como importantes espaços para a reprodução do capital e ampliação dos lucros de seletos investidores que enxergam nestes espaços um potencial de ampliação e enraizamento de seus interesses monopolistas e globais.

2.2 SOCIEDADE DE CONSUMO E OS SHOPPINGS CENTERS

Nos últimos anos, o Brasil presenciou uma expressiva mudança na esfera econômico-urbano, ocorrida a partir do crescimento dos centros de compras nacionais (ABRASCE, 2023). Impulsionados por uma combinação de fatores socioeconômicos e mudanças no comportamento do consumidor, os shoppings

tornaram-se verdadeiros ícones do desenvolvimento urbano, refletindo o dinamismo e a modernidade da sociedade brasileira. Este fenômeno não apenas redefiniu a forma como os brasileiros consomem, mas também desempenhou um papel crucial na reconfiguração das paisagens urbanas, gerando impactos significativos no mercado varejista, na estética das cidades, na questão ambiental e, por conseguinte, na economia do país.

Diante desse cenário, o Censo Brasileiro de Shopping Centers 2023-2024, da Abrasce (Associação Brasileira de Shopping Centers), comprovou os bons números do setor. Só em 2023, houve um recorde de faturamento que atingiu a cifra de R\$ 194,7 bilhões de reais. Para a representante do setor, isso está relacionado à recuperação de vendas, mesmo diante de contratempos macroeconômicos que o país enfrentou. Esse valor é maior alcançado pelo setor na história. São 639 unidades operacionais reconhecidas pela referida associação, 121.010 lojas, mais de 1 milhão de empregos diretos gerados e uma faixa de 462 milhões de visitantes mensais.

Destarte e consoante o que fora mencionado na primeira seção desta dissertação, onde em diálogos com Dramali (2010) afirmei ser possível compreender a sociedade urbana por meio dos shoppings centers, percebi que nos centros de compras evidenciamos a linguagem máxima da aquisição e do prazer. Isso porque a produção capitalista do espaço nos ajuda a compreender os shoppings centers como sendo um refúgio da realidade. Na verdade, tais espaços se configuram, do prisma ideológico, como cidades irreais. Os administradores dos shoppings centers reconhecem que a realidade do mundo afora se desdobra em problemas e mazelas. Em vez de colaborar com uma solução pública e duradoura optam pelo caminho oposto: a solução privada e o consumo do supérfluo.

Por esse ângulo, é salutar afirmar que o consumo das massas não é movido pela necessidade e sim pelo desejo. Braudrillard (1996) ao afirmar que o consumo ocupou toda a vida e que ele é governado por um pensamento mágico, trata-o a partir da onipotência dos signos. Quando consumimos, não levamos apenas um produto, mas o signo que ele carrega. Neste caminho, Henri Lefèbvre (1991, p.64) afirma que:

A produção desses signos se integra na produção global e desempenha um papel integrador fundamental em relação às outras atividades sociais e produtivas ou organizadoras. O signo é comprado e vendido. Sob a

aparência de signos e significação em geral, são significações desta sociedade que são entregues ao consumo.

Nesta rota, concordo com o raciocínio de Silva *et al* (2018, p. 91) quando os autores afirmar que:

Entendemos que na sociedade de consumo, o indivíduo é “programado” dentro do sistema capitalista a trabalhar incessantemente, alguns exaurindo suas forças físicas e mentais, para a aquisição de algo material (ou não) para que no ato da compra o consumidor, que teve seu tempo de trabalho convertido em dinheiro, possa agora converter seu dinheiro em um produto de desejo, produto este que possa dar-lhe algum prazer, e não somente isto, o próprio ato de simplesmente consumir é na sociedade de consumo algo com um grande significado. É através do consumo que o indivíduo pode materializar, por meio da mercadoria, a imagem que ele deseja efetivamente mostrar dentro da sua classe social e da sociedade de modo geral.

Nesta linha, os shoppings centers formam o que podemos chamar de centros de alienação, sendo este um espaço onde o indivíduo quer se libertar do *stress* acumulado. Para tanto, recorre ao consumo do supérfluo e, então, tende a enfadar-se novamente a fim de cumprir com suas obrigações, reiniciando o ciclo. O termo shopping center é ideologicamente ilusório e ao mundo contemporâneo conforme nos apresenta Soja (1993).

Considerando a gênese dos shoppings centers modernos, vale ressaltar que na história recente dos estadunidenses o consumo pode ocupar as lacunas deixadas pelos males do capital. A esse respeito, após os atentados de 11 de setembro de 2001, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush recomendou que os residentes em seu país fossem às compras como uma espécie de refúgio à realidade (Buzinaro dos Santos, 2019).

Conforme Bauman (2008) analisa, a construção da sociedade no final do século XX, e início do século XXI, se integram de maneira intensa ao processo capitalista. Uma sociedade que envolve valores, desejos, hábitos, gostos e necessidades numa escala extremamente intensificada. Na sociedade pós-moderna valores como o individualismo e o consumismo se colocam como marca de indivíduos que se caracterizam pelo “usar e descartar” como elemento definidor do “ser”.

Por falar nisso, a economia do transitório é uma marca da Pós-Modernidade na qual tudo passa, a obsolescência é programada, os marcadores referências desaparecem e os fluxos de pessoas, imagens e informações são intensificados (Baudrillard, 1995). Tais características fazem da Pós-Modernidade o

lugar do efêmero e fugaz (Siqueira, 1999). A incerteza Pós-Moderna, como lemos em Baudrillard (1995), apresenta uma intensidade *sui generes*; onde nada chega a ser sólido e já desmancha no ar.

Ainda segundo o raciocínio de baumaniano, os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os tornam membros autênticos dessa sociedade (Bauman, 2008). Além disso, tornar-se uma mercadoria vendável é o mais poderoso motivo de preocupação do consumidor. Nesse sentido, o marketing é a atividade com a qual todos estão engajados, seja por escolha, seja por necessidade.

O ambiente dos shoppings centers, segundo uma visão crítica dos valores de uma sociedade pautada pelo consumismo (Padilha, 2012), pode ser visto como uma armadilha para capturar consumidores em potenciais. Outra visão desse ambiente é defendida por Underhill (2004), que define os shoppings centers como ambientes capazes de preencher as necessidades e anseios dos consumidores. Os shoppings, conforme o autor supracitado, devem ser entendidos também como lugares de convivência social. As pessoas não vão ao shopping center apenas para comprar algo, mas também para passear e fazer amizades (Pereira, 2018). Contraditoriamente, os residentes da Vila Cristalina perderam o seu direito de passear com tranquilidade pela sua própria comunidade e de reforçar laços afetivos. Uma comunidade tão perto de um espaço de sociabilidade e, ao mesmo tempo, tão longe dessa realidade comunal que outrora dispunha em seu espaço de origem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se que o desenvolvimento urbano está subordinado à lógica do mercado capitalista, e é exatamente por isso que ela é dividida e vendida de acordo com os interesses de quem detém o poder e o capital de investimento. Com isso as comunidades carentes vão sendo espremidas (o caso da Vila Cristalina) e/ou sendo realocadas para as periferias da cidade, além de serem completamente esquecidas pelo poder público, fazendo com que estas tenham seus direitos ultrajados hodiernamente. Enquanto o número de habitações informais e em condições subnormais de infraestrutura só cresce, os grandes empresários da indústria imobiliária e da construção civil, ficam cada vez mais ricos à custa da miséria alheia. Com a negligência do governo e o monopólio dos investimentos pelos

grandes empresários, crescem o número de áreas habitacionais em condições subnormais de infraestrutura, logo se torna maior a contradição em disparidade existente na cidade de São Luís e, em especial, no recorte geográfico que circunscreve a pesquisa.

Logo, observa-se que, o objetivo do profissional de Geografia do presente século, não se resume apenas descrição dos objetos, e sim à promoção de um planejamento e uma gestão urbana que sejam coerentes com a realidade social, sempre se baseando no que demonstram os indicadores sociais, além de trabalhar aliados à participação popular. Quanto ao poder público e às demais entidades, cabem a elas o incentivo de políticas públicas que promovam a participação popular, por meio de uma maior divulgação de suas reuniões, debates e plenárias.

Mediante estas medidas, e outras que não cabem aqui explanar, pode-se chegar mais perto de uma cidade mais equitativa, que disponha de qualidade de vida e que combata os avanços e as consequências do atual modelo capitalista de urbanização. Em a Geografia vai ao Shopping, analisei as disparidades socioespaciais que estão representadas pela “Casa Grande”, o Shopping da Ilha e todo o seu aporte financeiro e especulativo, e pela “Senzala”, a Vila Cristalina representando o direito à cidade subjugada que resiste aos caprichos do nefasto capitalismo, indicando que as heranças coloniais das quais somos frutos substituíram os agentes envolvidos no grande cenário socioeconômico global preservando o enredo da história em que o desfecho se repete: os colonizadores beneficiam-se à custa dos colonizados.

REFERÊNCIAS

ABRASCE. Números do setor. **Definições e convenções sobre os shoppings centers**. Disponível em: <https://abrasce.com.br/numeros/definicoes-e-convencoes/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ABRASCE. **Números do setor**. Disponível em: <https://abrasce.com.br/numeros/setor/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ABRASCE. Números do setor. **Números regionais**. Disponível em: <https://abrasce.com.br/numeros/regionais/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ABRASCE. Números do setor. **Números dos estados**. Disponível em: <https://abrasce.com.br/numeros/estados/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

AGOSTINI, L. **A proibição de entrada de pessoas em shopping centers**. Corrêa Garcia Agostini Advogados Associados, seção artigos, dez. 2012.

ALVARENGA, A. B. de. **A dimensão comunicacional dos rolezinhos da grande Vitória**: cotidiano, sociabilidade e visibilidade, 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

ANDRADE, M. T. M. **O shopping center na sociedade globalizada e sua complexidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ARAÚJO DA SILVA, Eduardo. Da (re) produção do espaço urbano às desigualdades socioespaciais: A percepção de “desigualdade na cidade” dos moradores de Poços de Caldas (MG). In: **XVII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Curitiba – PR, 2022. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/simpurb/2022/arquivos/GT1_COM_1081_1094_20220510023106.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

ATKINSON, R. Alpha City: **How London was captured by the super-rich**. London; New York: Verso, 2020. 256p.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira - Campinas, SP: Papirus, 1994.

BARTOLY, F. S. **Shopping center**: entre o lugar e o não – lugar. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2007. Disponível em: https://web.archive.org/web/20130731135658/http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_arquivos/26/TDE-2009-05-06T141154Z-1950/Publico/2005%20M%20Flavio%20Bartoly.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo**. Rio de Janeiro: Elfos. Ed. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 nov. 2023.

BUZINARO DOS SANTOS, Lucas. **A alteração da política externa estadunidense pós-11 de setembro**: a Guerra ao Terror entre teorias e práticas. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CALDEIRA, Tereza. **Enclaves fortificados**: a nova segregação urbana. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 47, março, 1997, p. 155-176.

CARLOS, Ana. F. A. (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. 66p.

CASAGRANDE, Cristiano Gomes. **Iluminação Pública: panorama, tecnologias atuais e novos paradigmas**. Editora Viseu, 2020. Disponível em: Acesso em: 24 de set. 2022.

CASTELLO, Lineu. **Repensando o lugar no projeto urbano**. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004). Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, RS: 2005.

COSTA, E. B; SCARLATO, F. C. **As fases de (re) produção do patrimônio histórico brasileiro**: interpretação e valorização da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil. OLAM – Ciência e Tecnologia - Claro - Ano IX, v. 9, 2009.

COSTA, E. B. **Totalidade urbana e Totalidade-Mundo**: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. Tese, USP, 2011.

COSTA, E. B. **Fundamentos de uma emergente patrimonialização global**. Geografia, v. 39, n. 2, 2014.

COSTA, R. K., & Souza, V. T. (2021). Cidades brasileiras: entre valores e narrativas do urbanismo. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.13, e20200413. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.20200413>.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CORREA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p 83-102, jan/mar. 1995.

CRAWFORD, M. **The world in a shopping mall**. 3-30. In: Variations on theme park: the new American city and the end public space. Michael Sorkin, editor. Hill and Wang, New York, 2000, p. 22-31.

DÍAZ, Laura Mota. As faces atuais da pobreza urbana: elementos para uma reorientação da política social. In: CATTANI, Antonio David; DÍAZ, Laura Mota (org.) **Desigualdades na América Latina**: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

DRAMALI, B. L. Consumo: um convite para desbravar esse vasto campo de estudo. **Comunicação & Informação**, v. 13, n. 2, 2010, p. 4-12.

ENTRIKIN, J. N. **Place, region, and modernity**. In: AGNEW, J., DUNCAN, J. The power of Place, Boston, Unwin Hyma, 1989, p. 15 – 20.

ENGEL, J.; BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. D. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

FERREIRA, Antonio José de A. **O estado e as políticas públicas do urbano em São Luís**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.

FERREIRA, Antonio José de A. São Luís do Maranhão: em que cidade vivemos? Que cidade queremos no quarto centenário? **Ciências Humanas em Revista**, v. 7, n. 2, São Luís/MA, 2009 – ISSN 1678-81. 9p.

FERREIRA, Antonio José de A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014. 14-16, 91p.

FERREIRA, Antonio José de A. **A reestruturação urbana maranhense: dinâmicas e perspectivas**. São Luís: EDFUMA, 2017, 85-121p.

FERREIRA, L. Becker; ROCHA, Eduardo. Shopping centers, sociabilidade e segregação: uma análise da percepção ambiental no caso de Pelotas. **Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 23. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/4009>. Acesso em: 06. Nov. 2023.

FERREIRA, Lucimary M. **O Shopping Center e suas repercussões no cotidiano da população da cidade de São Luís - MA**. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

FREITAS, R. Nas alamedas do consumo: os shoppings centers como solução contemporânea de lazer nas cidades globalizadas. **Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação**, Brasília, ano 1, n. 2, 1999.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/brasil>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo, esse desconhecido. In.: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

LEFÈBVRE, H. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991. 145p.

LEFÈBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Nicácio N. **O shopping center como expressão de nova centralidade em São Luís - MA**. 1997.

MARANHÃO, Companhia de Habitação do Estado. **Problema Habitacional do Maranhão**. São Luís. 1976.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S; H. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. **Revista Impulso**, Piracicaba, 17(44): 55-66, 2006. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-de-lazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer>. Acesso em 9 nov. 2023.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 186.

MONTEIRO, J. C. C. A cidade dos ricos: financeirização e a captura do espaço pela elite global: ATKINSON, R. *Alpha City: How London Was Captured by the Super-Rich*. London; New York: Verso, 2020. 256 p. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202106. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6522>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MORAES, Antônio Carlos R.; COSTA, Wanderley M. da. **Geografia crítica – a valorização do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, G. F Silva de; DOMINGUES, A. Torres, 2016. Impactos gerados pela construção de um Shopping Center: O caso do shopping Campo Grande – MS. **Geografia em questão**. Volume 09, nº 01, 2016.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Habitat**: população mundial será 68% urbana até 2050. 01 julho. [Nova York: ONU, 2022]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bU4aG>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PADILHA, V. **Shopping center**: a catedral das mercadorias e do lazer retificado. Doutorado (Tese) - Universidade de Campinas. Campinas, SP: 2003.

PADILHA, V. **Desafios da crítica imanente do lazer e do consumo a partir do shopping center**. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 103-119, jul./dez. 2008.

PADILHA, V. **Shopping center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2012.

PEDROTTI, Irineu Antonio; PEDROTTI, Willian Antonio. **Comentários à Lei de Locação**: Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991. São Paulo: Método, 2005. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/conceitos-e-caracteristicas-da-relacao-contratual-em-shopping-centers/1129248195>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PERES, Tatiana Bonatti. Shopping center. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: **Direito Comercial**. Fábio Ulhoa Coelho, Marcus Elidius Michelli de Almeida (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/235/edicao-1/shopping-center>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PEREIRA, Jadson da Silva. **O Shopping Center como um espaço social de incentivo ao consumo**: uma análise do Shopping Midway Mall em Natal/ RN a partir do conceito de sociedade de consumidores. 2018. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Marketing)– Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

PINTAUDI, S. M. **O shopping center no Brasil - condições de surgimento e estratégias de localização**. In: PINTAUDI, S. M. e FRÚGOLI JR., H. (Orgs.), 1992.

PSILLAKIS, Homero M. **Shopping e o varejo brasileiro**. São Paulo, 1984. Relatório de pesquisa. Administração de empresas. Fundação Getúlio Vargas.

RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do Espaço Urbano de São Luís: 1612-1991**. 2 ed. São Luís: FUNC, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

RODRIGUES, J. C.; RABELO, R. de L.; MATOS, H. **A ideologia do não-lugar e os impactos sociourbanos da implantação do Rio Anil Shopping em São Luís**. In: GOTTIDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Luís: UFMA, 2011. Congresso - V Jornada Internacional de Políticas Públicas, PPGPP/Universidade Federal do Maranhão, 2011.

RODRIGUES, Raphael Wanderson Gomes. **Shopping centers: um exercício de toponímia da produção capitalista - o caso dos centros de compra na Ilha do Maranhão, São Luís, 2018**. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

RYBCZYNSKI, Witold. **Vida nas cidades - expectativas urbanas no novo mundo**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo, EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 120.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. T. de Moraes; SILVA, L. L. da Hora. Problemas habitacionais e fundiários de São Luís e questões ambientais: um estudo de caso sobre a Vila Cristalina. **Anais do 3º Seminário Nacional Habitar/2016**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

SILVA, Nelson Cesário da. **Shopping Center Campo Grande: centralidade e redefinição do espaço urbano**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana: UFMS, 2005.

SILVA, Ricardo Azevedo. **Evolução recente do terciário (serviços) no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2009.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. LEME, Everton Ricardo Jampietri. SANTOS, Joe Andrew Mateus. Cidade, Comércio, Consumo e Lazer: uma análise a partir dos Shoppings Centers. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 16(2): 87-105, jul./dez. 2018 (ISSN 1678—698X) Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo> . Acesso em: 9 nov. 2023.

SOARES, Luíz André. **Entre a casa e a rua: cultura, espaço e consumo em shopping centers**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas – a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, F. M. D. S.; ROCHA, G. P. **Olhares sobre o shopping center: um panorama das pesquisas realizadas no Brasil com a interface comunicação e consumo**. 2022, p. 940-963, DOI: 10.5216/ci.v25.68646. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/212113>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SIQUEIRA, Holgonsi S. G. **Pós - Modernidade: a questão da incerteza**, in Jornal “A Razão” em 18.11.1999. Santa Maria.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. In: **Revista de Geografia**, São Paulo, 1991. p. 1-18.

TEIXEIRA, J. C.; BARROS, A. N. Os Rolezinhos em Shopping Centers: reflexões sobre o que agregam e em que desafiam os estudos dos shoppings como espaços de segregação social e urbana. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 3, n. 2, 2016.

TEIXEIRA, Alison Nascimento; RIBEIRO, Mária Bruna Pereira. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. ISBN: 9788599907078. In: **A urbanização brasileira: reflexões acerca da segregação socioespacial**. São Luís, 2016. Disponível em: <https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Alison-Nascimento-Teixeira.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2024.

UNDERHILL, P. **A magia dos shoppings**. São Paulo: Elsevier, 2004.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de. **Política habitacional do Estado autoritário em São Luis (1964-1985)** / Paulo Eduardo Silva de Vasconcelos.– São Luis, 2014. 130 f Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In.: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Estúdio Nobel/FAPESP, 2001.

VINCO, Jefferson de. A produção do espaço urbano em cidades históricas: Reflexões sobre gestão urbana e o patrimônio-cultural-mercadoria. **Anais do XVII Seminário Nacional de Geografia Urbana**. Curitiba, 2022. 3p.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO

1 – Desde quando você mora na Vila Cristalina? Qual é a sua relação com a comunidade?

2 – Antes da construção do Shopping da Ilha (2011), da Via Expressa (2014) e do condomínio Ilha Parque (2017), os moradores desfrutavam das fontes de água cristalinas e extraíam animais como o caranguejo e o sururu do mangue. Após a instalação destes empreendimentos como ficou o acesso da comunidade a estes bens naturais? Os alagamentos sazonais são causados por fenômenos naturais ou pelas intervenções antrópicas?

3 – É comum ouvir os discursos empresariais que sugerem que a construção do Shopping da Ilha trouxe progresso econômico para a Vila (como é o caso do asfaltamento da via principal de acesso ao bairro). Além da questão ligada ao asfalto, o centro de compras gerou emprego e renda para as pessoas residentes na comunidade? O abastecimento de água encanada, a rede coletora de esgoto, a distribuição e regulação da rede elétrica fazem parte do “combo de benefícios” deixados pelo empresariado?

4 – Com a urbanização e o tráfego viário intenso a comunidade ainda consegue desfrutar de espaços de lazer e convivência?

5 – Em entrevista à rádio comunitária “Agência Tambor” publicada em 24 de julho de 2021 a representante da associação de moradores da Vila Cristalina, Sr^a Izabel Pinheiro disse que inúmeras residências da Vila Cristalina foram danificadas por ocasião da construção do Shopping desde 2009 (inclusive a residência da própria Isabel foi interditada). Durante todos estes anos, algum representante do grupo Sá Cavalcante já procurou alguém da comunidade para reparação dos danos estruturais? Algum tipo de acordo foi fechado?

6 – Existe algum tipo de pressão exercida por parte do grupo Sá Cavalcante para retirar os moradores da comunidade? Se sim, qual é a contraproposta da comunidade?

7 – É possível conciliar a história da comunidade com os interesses do capital financeiro?

8 – Qual é a Vila Cristalina que você deseja deixar para as próximas gerações?

APÊNDICE B - ENTREVISTAS TRANSCRITAS

Entrevista com o morador 1 (Tarcílio). Arquivo: A1 - Tempo de gravação: 18m 21s.

Realizada em 08 de fevereiro de 2024. Identificação: Tarcílio Pereira Dutra, 27 anos.

1 – *Então a minha relação com a comunidade, eu me desenvolvi e cresci. Aqui conheço praticamente todo mundo.*

2 – *Esses alagamentos eles não tinham anteriormente, até porque existia uma quantidade menor de pessoas aqui na parte do mangue e principalmente pela construção, pela parte de não ter um esgoto, uma rede de esgoto ativa, limpa e que realmente funcione a água tem que escoar para algum lugar e consequentemente aonde vai escoar as partes mais baixas da rua que é a principal onde foi passada a avenida e principalmente a questão das pessoas que começaram a aumentar o fluxo de pessoas nessa determinada área, então acabou que assoreando mais os mangues e aumentou a poluição.*

3 – *Não. A primeira questão colocada é que o combo é de benefícios não existiam, não é não existiram exatamente, porque este combo benefício ele não é de propriedade do empresário fazer, porque não é em si um combo de benefícios. Essa é um simples fato de saneamento básico que é de uma questão básica de saúde e como é que eu posso colocar. Saneamento Básico Comum, que o direito do cidadão, do Estado, não do empresário. Então esse combo de benefícios não se deve dar um mérito à construção do Shopping da Ilha, até porque é um bairro antigo, é o bairro que já tinha um projeto de movimentação, mas com a construção do shopping isso acelerou mais para benefício e acesso próprio, para eles não com o fim de melhorar as vias públicas da comunidade ou algo para comunidade. O slogan que eles vendem com relação a emprego e desenvolvimento não é não é muito visível na comunidade pelo meu conhecimento não conheço dez pessoas que daqui da comunidade que trabalham no shopping então pela minha...que não me falha memória se trabalha cinco pessoas que eu conheço aqui da comunidade é muito então dentro desse combo sendo que uma comunidade dessa que tem para mais de 500 pessoas não é uma... uma quantidade irrisória.*

4 – E a questão principal da pergunta, o fluxo de carros é muito intenso e 24 horas e detalhes, quando há um fluxo muito grande por algum acidente, trans, algumas coisas, carros vêm na contramão, há carros com muita velocidade, em plena 8 horas, 9 horas à noite, crianças muitas vezes brincando nas calçadas com bola, que vão brincar, vão jogar bola, às vezes a bola cai no meio da avenida, que já ocorreu várias vezes, isso quase se gerou acidentes. Então, é uma coisa que as áreas de vivência não têm mais, porque anteriormente tínhamos campo de futebol, áreas muito amplas para brincar, conversar, fazer gincanas, que geralmente nos dias das crianças aqui na rua sempre, era a tradição de ter todo mundo aqui engajado na rua, com pula-pula, várias atrações para as crianças, distribuição de brinquedos, etc. E

5 – Ah, teve alguns pontos daqui da comunidade que foi pontos e casas específicas que foram afetados com relação ao escoamento da água, principalmente na construção a água lama e teve inclusive uma moradora que eu recordo da verdade duas moradoras, que eu recordo bem, que elas ficaram em pontos onde a água descia e jorrava mediante as grandes profundidades feitas para estruturar a construção e essas casas foram unificadas, inclusive teve casas que teve rachaduras enorme com perspectivas de rachar, porque isso especificamente no canto da rua tinha uma casa de uma conhecida nossa que inclusive se mudou que era praticamente debaixo de um bueiro aberto para escoar a água da rua, antes disso, e eles reforçaram esse bueiro, mas para a finalidade deles, mas isso estava prejudicando a pessoa que morava e depois começaram a destinar para esse bueiro esgoto e isso estava casando doenças, ratas, baratas, entre outras coisas, a família que estava ficando insuportável até a vivência nesse local, sendo que nenhuma providência para assinar aquela dor foi feita e em relação à comunidade, em relação a outros abalos que aconteceu em muitas estruturas de casas da comunidade que são bem antigas, não teve nenhum acordo que fosse propício para assinar esses abalos. Inclusive na minha própria casa, onde a minha mãe foi citada com relação à entrevista, hoje, este ano de 2024, a gente está com uma construção para reparar essas estruturas de 15 mil reais, só para estrutura, sendo que isso aí para as coisas mais graves, então sendo que a gente vai ter todo outro gasto para reparar a casa, isso não é só que acontece na minha residência, acontece em várias residências do bairro e que não foi reparada, a minha mãe, como líder, ela foi atrás de direitos para a comunidade, como representante da comunidade, como tomou à frente. Foi atrás de situações para que possa melhorar, para arrumar toda a questão da estrutura das

casas das pessoas afetadas, e não teve propostas que fosse conivente com a realidade. Então, por conta disso, tem pessoas aqui que não têm possibilidades, nenhuma de desembolsar 30, 40, 50 mil reais para arrumar sua casa, está vivendo ali, ameaçada muitas vezes, pela graça de Deus, porque não tem nenhum aparato. Foram para frente, nem todas as pessoas se uniram para o mesmo propósito, entraram com ação judicial, porém, como ainda tem poder e influência e verba para isso, sempre adiam mais esse processo, já chegaram a ganhar, mas nunca chegaram a pagar nenhum centavo para ninguém. Então, todo mundo está vivendo como pode e como dá.

6 – Sendo que não tiveram interesse nem de fechar um acordo com relação à distribuição para sanar os impactos ou para minimizar, na verdade, essa palavra correta para minimizar os impactos feitos pela construção, que é muito próxima às residências. Com isso, nunca teve uma proposta para retirada, porque nem sequer eles têm a preocupação do básico. Então, nunca teve uma proposta, vamos dizer decente para utilizar, limpar, na verdade, talvez uma visibilidade do shopping da Ilha ou da Ilha Parque, que são construções bem próximas.

7 – Essa pergunta, o capital financeiro, o histórico da comunidade, eles não batem. Porque a primeira questão dessa pergunta é entender o histórico que a gente tinha. A gente é uma comunidade muito pacata, muito tranquila. Apesar de que tinha muita, muita parte de matagal o alto, tinha aquela parte toda, como se fôssemos a uma pequena floresta na frente das nossas casas, sempre foi muito tranquilo, sempre nunca teve, nunca foi um bairro perigoso. Então, tipo assim, todas essas questões de gente ir e vir, não ter essa questão de ter um risco de alguém passar em um carro com alta velocidade de roubar, essa estrutura foi modificada principalmente por essa nova roupagem que o shopping trouxe e esse novo histórico para a comunidade, como o horário de funcionamento do shopping, que geralmente a gente vai se modificar até a hora de dormir por conta disso, porque tem um barulho de condicionar de máquinas trabalhando até muitas horas da noite e praticamente não para. Fontes naturais, como poços que a gente tinha, vários outros poços, praticamente a maioria dos moradores tinha poços na frente da sua casa, então abaixamento de água não era uma coisa de sete cabeças e tinha fontes de água cristalina, aonde as pessoas iriam exclusivamente para a captação de água para consumo, para beber mesmo. Então, essas fontes, inclusive, foram até por algum tempo, foram até questionadas por alguns moradores e foram até testadas, inclusive

comprovadas que, Era uma água potável para consumir um ano. Então, principalmente uma dessas fontes, onde algumas pessoas tomavam banho, lavavam roupa, até consumia água para o uso doméstico, ela foi soterrada, soriada, e uma pequena parte dessa fonte ainda existe, mas através de grades. Nós, moradores, não temos nenhum acesso, onde vive com excesso de lixo que o shopping produz, talvez de pessoas que utilizam shopping, de trabalhadores ali, que a gente é permissível, o lixo acumulado ali, as folhas não têm manutenção nenhuma, não tem... É, fica esquecido no fundo do shopping, que é, inclusive, onde ainda tem uma fonte de água lá que corre diretamente para o mangue, sem nenhum uso fruto, sem nenhuma pessoa da comunidade ter, ao mínimo de decência de ter acesso a uma parte da, principalmente da história, né? Isso me fez lembrar quando eu era criança que muitas vezes já brinquei de bola lá, já brinquei na gente chamava de bica. Já brinquei, eu já brinquei e já sabia que era como se fosse, se formava uma lagoa, porque pela erosão da água, ela criou como se fosse um buraco, tipo uma piscina natural. Então, quando a gente era criança e brincava de bola lá dentro da água, então faz parte da nossa história, faz parte da minha história, faz parte da minha infância, que hoje em dia a gente só olha pelo um gradeado, como se fosse até de um presídio. Então, isso é bem chato, principalmente porque talvez quando a gente... Foi praticamente soterrado esquecido e feito conforme o empresário precisou para que o funcionamento do shopping existisse e funcionasse de acordo com como eles querem.

8 – Como na questão anterior, não tem uma Vila Cristalina, como vamos se disser, nem sequer muitos registros, porque a gente não imaginava que teria uma construção dessa magnitude, não imaginávamos que teria uma construção falpin na frente das nossas casas, e a gente tinha como se fosse o nosso mundinho aqui. E essa história, ela não foi preservada de nenhum aspecto, porque hoje em dia a gente não tem um museu para falar como é que era o nosso dia a dia, como é que era a nossa vivência, como é que era a nossa relação com a comunidade, o que é que nós sentíamos ao morar aqui, ao residir aqui? Não temos um local onde à gente possa talvez relembrar, eu tenho muita essa lembrança da minha mãe, porque ela tinha algumas fotos, ela foi uma das fundadoras do bairro, e algumas fotos quando a gente era bebê, do meu pai, daqui do bairro, algumas fotos que a gente pensa assim, nossa, era assim, e hoje em dia a gente olha para o nosso pai e quer

totalmente diferente daquilo que eu conheci quando criança, quando adolescente, e em início da fase adulta.

Entrevista com a moradora 2 (Silvina). Arquivo: A2 - Tempo de gravação: 8m 49s.

Realizada em 08 de fevereiro de 2024. Identificação: Silvina Frangoso dos Santos, 54 anos.

1 – *Desde 1989. Eu me dou bem com a comunidade. Graças a Deus. Não tenho o que falar da comunidade não.*

2 – *Só em 89 que tinha um caranguejo, mas era muito pouco, porque não tinha quase ninguém morando aqui, era só mato aqui nesse lugar onde é o shopping, era perigoso aqui, tinha muito assalto, a gente encontrava muita gente morto no mato aí, e depois que fizeram o shopping, teve algumas casas que aqui no caso de Izabel, ela disse que apareceram umas rachaduras, está interditada, mas não foram todas as casas, mas tiveram algumas por causa do negócio que tremia o chão, aí aqui é uma terra falsa, ela foi entulhada e aí veio o caso da construção do condomínio, essa parte aqui não foi alagada, não tem o que falar dessa parte, a parte que foi alagada já foi do outro lado, lá para o lado do condomínio e o shopping só foram pela água, né, que hoje não tem aquela água que a gente tinha, mas pelo outro lado nós temos nossas casas teve mais valor e o shopping ficou perto da gente, pra mim foi a melhor coisa o shopping perto, mas a sem a água cristalina não teve, mas veio a água da CAEMA, né, hoje a gente não pagamos a água e a via expressa, até meu marido trabalhou nela também, ficou melhor pra gente ir pro outro lado do Renascença e só o alagamento que teve, que até a casa do meu pai foi alagada porque do outro lado foi o negócio da rua, esse negócio de construção de rua no inverno, alaga, né, por causa da chuva e aí entrou nas casas, aí é só isso que eu tenho que dizer.*

3 – *Bom, essa energia que a gente tem aqui foi antes do shopping, já tinha energia, na parte de esgoto, esse esgoto que a gente tem cai na maré, não foi o shopping que botou esse esgoto aqui para a gente não, o esgoto que vem do shopping ele cai também, eu acho que vai para a maré, porque o esgoto que desce é para ali, e sobre emprego melhorou, porque tem várias pessoas aqui do bairro que trabalham no Mateus, meu neto ele é menor de idade, ele é um jovem aprendiz, então foi através do shopping aí, mas só que por esse lado foi melhor, mas pelo outro lado*

que é a nossa água, nós não temos hoje mais ela como a gente tinha antigamente, hoje a nossa água encanada ela começou pelo um presidente que tinha aí, aí ele conseguiu essa água, no começo ela veio salgada, mas é uma água que eu não sei nem explicar muito, mas a gente não paga ela, essa água é da CAEMA.

4 – Não, mas aqui a avenida era mão dupla. Aí de poucos tempos pra cá ela virou só indo, né? E sobre brincar, eles brincavam porque tinha um mato, eles faziam um campo e jogavam a bola. Mas pelo lado era perigoso porque acharam muita gente morta no mato. Era mais perigoso pra gente. Aí pelo outro lado não tem espaço para as crianças brincar, porque o shopping ele tomou espaço muito grande aqui que a cerca fica muito embaixo e aí tem só avenida que os carros passando direto e ainda não foi atropelado nenhuma criança porque a gente tem muito cuidado, mas se depender do shopping não tem área para a criança brincar, não.

5 – Aqui em casa apareceu umas rachaduras, porque aqui é uma terra falsa, foi entulhado, tanto no terreno de Izabel como aqui, aqui toda essa área que foi entrada, então uma casa assim que tem dois andar, ela é muito pesada e a tendência é rachadura, mas aqui em casa teve essa rachadura, como tem outras casas que eu não sei onde é mais diz que tem e vieram uma equipe do shopping ver aqui em casa olhar o “tudinho” faz muito tempo e não voltaram mais a gente já até fez a parte da frente e não esperou mais eles vim mais que não ver mais aqui, mas eles já viram olhar uma equipe que viu as rachaduras ficaram de voltar e nunca mais voltaram.

6 – Não, eu não conheço esse lado aí não... nunca chegaram para mim, para me tirar aqui da minha residência. Não, se tem outros que já aconteceu, eu não estou sabendo que nunca me falaram nada.

7 – Eu não vejo zoadá assim que atrapalha a gente aqui da comunidade sobre o shopping, não. E também aqui as pessoas da comunidade, eles dormem muito tarde. Tem uns que trabalham lá no Mateus, saem 10 horas, chegam 10 e meia em casa, mas está todo mundo dormindo, não atrapalha nada sobre isso aí, não.

8 - É que volte a água que tinha ali na... Aonde a gente tomava banho, uma água cristalina lá que hoje está cercada pelo shopping, a gente não tem mais acesso. Então daqui a dez anos, está uma coisa, uma tristeza, né? Porque não tem onde nossos netos, né? Que vão crescer. Tem um lazer, né? Como a gente tinha antigamente. Antigamente a gente ia lá, lavava roupa, tomava banho. Hoje a gente não tem mais esse acesso. Então, e a Vila Cristalina que eu desejo que seja uma vila cristalina até que aqui, não é assim, ela tem paz. O mais que tem é mais paz,

que as crianças têm onde brincar tem escola, e tem assim uma creche assim, que os pais passam a sair e deixam seu filho na creche. Tem assim um... tem assim onde tem um lazer, né? Que aqui não tem muita... muita área assim para ter lazer. Porque onde era para ter lazer, está tudo cercado.

Entrevista com a moradora 3 (Vitória*). Arquivo: A3 - Tempo de gravação: 14m 12s. Realizada em 08 de fevereiro de 2024. Identificação: D. M. S. S., 55 anos.

*Obs.: Moradora não quer identificar-se. Adotou-se o pseudônimo de Vitória.

1 – *Desde 1994 que eu comprei um terreno aqui e comecei a construí minha casinha.*

2 – *Bem, antes da construção do shopping, dos apartamentos e da via expressa, a gente tinha mais acesso à natureza, a desfrutar as coisas que tinha aqui. Tipo, uma reserva que o shopping tomou de conta, onde era a principal fonte, onde a gente tomava banho, lavava roupa. Utilizava água cristalina natural daqui mesmo para os nossos afazeres. Depois da construção do shopping, eles tentaram até enganar a gente, porque eles destruíram a fonte natural e tentaram cavar um poço artesiano, onde forneceram água para a gente, uma água salobra, salgada, que não podia, não dava nem para fazer café, nem lavar roupa, nem nada. E ainda tentaram ainda, a gente dizendo que a água não prestava a gente fazendo protesto aqui para reivindicando a nossa água que a gente utilizava, eles ainda tentaram vir com um laudo falsificado, dizendo que era lá da UFMA, da UEMA, não sei, e que constatava que era uma água boa para a gente, sendo que não era. Foi o primeiro problema que a gente teve com eles. O segundo foi que na época que eles estavam construindo acabou com a rua da gente, a gente tinha que vir andar com a lama, andar com a lama quase que na cintura e as casas da gente que foram invadidas com tudo. E resumindo, ficou apenas depois que foi construído o shopping ficou uma fonte que era utilizada aí veio à construção dos apartamentos do Ilha Parque que terminou de acabar com o resto do que tinha pra gente aqui. E a via expressa foi que eles tentaram também tampar a rua da gente em pedir que a gente tivesse acesso a um lado a outro do bairro né daqui da vila porque tem a essa parte daqui de baixo e tem a outra parte do lado de lá que é do Ipase né e tinha uma ligação e eles tentaram cortar é dividir. Passando a via foi que a gente também fez protesto para eles poder deixar um túnel de acesso para a gente.*

3 – Olha, de certa forma a gente não pode negar que antes não tinha asfalto e depois do shopping veio o asfalto, mas a gente vê também porque eles iam utilizar disso. Se não fosse, eles não teriam colocado como a rede de esgoto para gente que ele não colocou. A rede de esgoto que tem aqui é o esgoto deles que passam cortando a pista para jogar no mangue, que eles dizem que tem um tratamento, certa estaçãozinha de tratamento ali, que na verdade tem dia que fede e que incomoda a gente. Então foi esse benefício, a água da gente foi encanada assim, mas a gente lutou demais, protestou, foi em cima e embaixo, não quis mesmo a água que eles deram para a gente, foi feito a encanação, a gente ajudando, foi que veio uma água boa para a gente que hoje a gente usa que a gente aqui não paga a água, mas isso não foi benefício do shopping, não foi à gente correu atrás. E de certa forma também para algumas pessoas, algumas pessoas conseguiram um emprego sim, porque tinha pessoas capacitadas para trabalhar, na construção civil, outros para trabalhar como técnicos. E de outra forma teve um benefício assim, a gente não vai negar, mas a gente teve mais prejuízo do que benefícios aqui, porque até hoje nossas casas estão tudo rachadas aqui, a gente com o processo com eles na justiça e até hoje não foi feito nada, onde diz que já foi já decretaram aí para que eles pagassem para a gente R\$ 100 milhões, sei que aí eles não querem dar nenhum, que se resumindo o dinheiro que eles queriam dar para a gente não dava R\$ 7 mil para cada um, sendo que a casa, a minha casa eu tive que derrubar a frente todinha porque não prestava, e o meu prejuízo não foi só R\$ 7 mil, meu prejuízo foi muito mais de R\$ 30 mil, então eles não reconhecem isso, e outra coisa, a gente está aqui, esse asfalto que passa aqui, essa via que passa aqui é bom para a gente ao mesmo tempo não é, porque quando eles fizeram essa, essa via, eles botaram uma sinalização aqui de 40 quilômetros por hora, que não existe. Do jeito que o pessoal desce ali, daquela avenida ali, dos apartamentos, eles descem aqui com 60, 70, como de 80 pra cá. Desde quando eu vim embora aqui para São Luís, o tempo que, a vez que eu andei mais perto de morrer, foi aqui nessa avenida, um carro me atropelando aqui nessa avenida. Tamanha seis horas da tarde. O carro desceu em alta velocidade, que quase me mata. Então, aí o que acontece, eles, o pessoal os órgãos públicos, sempre estão lá, vendo o que acontece de errado, o que não acontece, e aqui na rua eles não dão nenhum apoio para a gente, que a rua está toda sem sinalização, correndo risco, e eles não enxergam o que a gente tem nessa

necessidade, porque os olhos estão mais virados para o progresso do shopping. E para a gente, a gente está à mercê aqui da sorte.

4 – De jeito nenhum, é impossível. Porque desde quando eles fizeram a via aqui, o tráfego de carro é grande, não tem como. E o fato, como eu já falei antes, da falta de sinalização. Porque quando eles fizeram, eles deixaram essa placa de 40 quilômetros, a velocidade que seria exercida aqui e deixam também uns quebra – velocidade, uns três pontos, aquele olho de gato. Só que não existe mais o pessoal, o órgão da SMTT está sempre aqui, multando o carro, mas eles não enxergam a necessidade que a gente tem aqui. E novamente eles voltam a sinalizar a pista para que evite um acidente que graças a Deus até agora não morreu ninguém, mas já teve uns três a quatro acidentes aqui com o motoqueiro com gente de bicicleta até pedestres mesmo devido à falta de sinalização.

5 – Olha a gente, como eu já falei, desde quando eles começaram a implantar aqui para a terra drenagem, que tem trago problemas para a gente. E a gente sempre indo lá reclamando, falando tudinho. Na época que estavam construindo, que a água invadiu as casas da gente, eu fui uma pessoa que foi prejudicada, porque eu tinha mandado fazer cerca no meu quintal. A água levou tudo, entrou em casa, tudinho. Eu os procurei lá, me reclamei e devido ao fato de eu morar só e ter lutado para cercar o meu quintal. E agora eu via meu quintal totalmente no aberto, desprotegido de uma segurança. E eles ainda conseguiram, na base de conversa tudinho, eles fizeram um acordo comigo, me ajudaram a construir o meu muro. E depois disso a gente foi atrás de novo, dos danos da casa tudinho, teve que botar na justiça, que até hoje a gente está lutando e eles estão protelando, estão dando tempo, tempo já foi dado ordem que eles têm que pagar, a gente tem que indenizar e até hoje, e tentaram enganar a gente, querendo colocar a rede de esgoto aqui para a gente, sendo que o esgoto ia servir para eles mesmos, foi à forma como eles tentaram que não tem nada a ver, porque se sabe que esgoto é quem coloca, é o pessoal da CAEMA, é CAEMA mesmo, que coloca junto com a rede de água, eles colocam esgoto porque é por obrigação deles. E eles de repente vieram com essa proposta de não querer pagar a gente e trazer rede de esgoto para a gente que não tem nada a ver.

6 – No início eles fizeram de tudo para ver se a gente aceitava a proposta, como teve algumas pessoas que venderam a casa para poder passar a rede de esgoto para o mangue e porque não tinha condição também de construir a casa, viu

totalmente mesmo obrigada a fazer isso. Então, eles tentaram muitas vezes eles tentaram querer conversar com a gente e dar mixaria para a gente porque diz que a invasão a gente não tinha valor de nada a nossa terra, somente o que a gente tinha construído e a maioria das casas não tinha tanto, não era tão assim, de um valor alto, eles tentaram querer comprar, passar perna na gente. E a gente não aceitou porque querendo não se for atrás de direito, de invasão, a gente vê que eles também pegaram a parte que faz parte do terreno da União, que é o que eles alegam aqui para a gente, que a gente invadiu o terreno da União e tal, mas conforme a lei, aqui é de onde a água bate para frente 300 metros, faz parte do terreno da União, então se for atrás disso eles também são invasores, pior do que a gente, porque eles têm dinheiro para destruir tudo e a gente, só o que a gente fez aqui foi só para construir as nossas casas para ter onde morar.

7 – A gente vê que esses grandes empreendimentos eles visam muito só lucro, lucro e mais nada. A gente quando a gente veio pra cá não tinha esses benefícios que tem hoje, mas a gente tinha certa tranquilidade, as crianças tinham um campinho pra jogar aqui em cima, tinha fonte onde banhavam, onde a gente lavava a roupa e depois que veio até mesmo os poços que a gente cavou na frente da casa da gente, não teve o direito de ter, que eles mandaram tampar todos, só ficou um poço porque a minha amiga bateu o pé no chão e disse se a rua passar bem aqui no meio aí eu fecho meu poço, mas enquanto não passar eu não fecho, foi como ficou o único poço aqui na vila que ficou a gente utilizando água, que quando falta água é onde a gente utiliza a água desse poço dela, então nessa questão eles não tiveram preocupação nenhuma de deixar e de lazer nada pra gente, é como eu falei mesmo, foi só a lama e querer comprar as casas da gente por barganha, querer expulsar a gente daqui... e outra coisa também, o único pedaço verde que ainda tem aqui, eles cercaram, tá servindo de esgoto, de área pra esgoto e a principal fonte que a gente colhia a água, hoje em dia cai junto com o esgoto, passa por baixo do mangue e vai despejar no mangue poluindo o pouco que restava de mangue natural.

8 - Como desde o início a gente já está aqui e a gente viu que realmente a gente tinha de bom aqui, eu gostaria que houvesse um interesse, uma preocupação da parte desses grandes empresários aí que montaram o Shopping, o Ilha Parque aqui perto da gente, que eles tivessem preocupação e querer também ver a gente usufruindo de coisas melhores, tipo uma escola, uma creche que a proposta da gente para eles foi essa, mas eles não tiveram, até agora não tiveram interesse de

ver um local para fazer esse benefício para a gente e o que a gente vê é que as crianças têm dias que elas ficam até 2, 3 horas da manhã se elas querem jogar bola, elas ficam acordadas jogando bola na rua, que é o horário que menos passa carro aqui, o que eu queria que ficasse era esse interesse de ver a gente também feliz, usufruindo de coisas boas.

Entrevista com a moradora 4 (Mariléa). Arquivo: A4 - Tempo de gravação: 3m 35s.
Realizada em 08 de fevereiro de 2024. Identificação: Mariléa Dias Pinto Santos, 55 anos.

- 1 – *Já estou quase com dezenove anos aqui na Vila Cristalina.*
- 2 – *Acabou tudo. Ninguém desfruta mais de nada. Os alagamentos ocorrem por conta das construções humanas.*
- 3 – *Não. Eu não estou ciente. Porque muita das vezes a gente somos discriminados. Eles chamam a gente só de ladrão. Não estou sabendo de ninguém que trabalha no shopping. Que eu saiba não existe benefícios não. A gente só não paga água. Mas, paga energia e é caro.*
- 4 – *Não. Já está tendo muito acidentes aqui nessa avenida que eu moro.*
- 5 – *Que eu esteja ciente não. Minha casa está rachada e eu nunca recebi nenhuma visita.*
- 6 – *Eles estavam falando que aqui não ia ficar ninguém. Mas, até agora a gente ainda estamos aqui. Não sei daqui para frente.*
- 7 – *Eles querem só pra eles (sobre o aspecto financeiro).*
- 8 – *Uma área de lazer...uma quadra. Porque depois dessa construção não tem mais onde as crianças se divertir.*

Entrevista com o morador 5 (Antônio). Arquivo: A5 - Tempo de gravação: 06m 11s.
Realizada em 20 de março de 2024. Identificação: Antônio José Cantanhede Correa, 58 anos.

- 1 – *Desde 1997 eu moro na Vila Cristalina.*
- 2 – *Não ficou nada. Quando o shopping chegou acabou tudo. As fontes acabaram todas. Não sobrou nada. Não temos mais acesso aos animais. Após a instalação*

dos empreendimentos, todas as casas aqui entraram água, com terra. Inclusive a minha inundou. Tudo depois do shopping.

3 – Por exemplo, a rua não é benefício para a comunidade. A rua é benefício pro shopping. Aqui (na Vila Cristalina) é entrada e saída de veículos que vai descarregar pro shopping. E todo mundo sabe que nenhuma empresa pode construir rua...aqui não fizeram...ou seja, fizeram uma avenida pro shopping. É tão tal que não tem esgoto. Fizemos um negocinho de água. Pra drenagem de água. Mas, da rua não tem esgoto. Então não é benefício pra comunidade. Outra coisa, água encanada? O shopping colocou uma água imunda aqui pra comunidade. A gente fez o teste na UEMA... a água não prestava nem pra tomar banho. Tinha um odor horrível. A água que tem aqui... quem colocou água pra nós foi a CAEMA. Não o shopping.

4 – Não porque o shopping não deixou espaço pra nada. Ou seja, eles construíram tudo o que eles tinham. Ainda conseguiram comprar, ou seja, dá um dinheirinho pra alguém pra fazer uma descida de água, pra fazer o esgoto...mas espaço para a comunidade não. Não tem nada. Nada, nada, nada.

5 – Não. Não foi fechado nenhum acordo e eles nunca apareceram...inclusive a minha casa também foi inundada... não foi só a dela a dela foi inundada a minha foi inundada e de vários outros companheiros foi inundada.

6 – Olha... no começo sim. Agora não. Mas, no começo sim. Quando eles chegaram aqui eles fizeram uma entrevista e disseram para a comunidade. Eles juntaram cinco pessoas e disseram pra comunidade o seguinte: ou com a Vila Cristalina ou sem a Vila Cristalina o shopping vai ser construído. O que é isso? Isso é uma ameaça. Néh? Mas agora eu acho que eles não têm mais interesse em tirar.

7 – É. Na verdade, nós tamo aqui resistindo. Por que...metade do pessoal foram embora, ou seja, eles deram a casa um pouco mais ou menos e foram embora. Então nós estamos aqui resistindo. Mas, a gente não pretende sair daqui não.

8 - Pelo menos um espaço para as pessoas/crianças brincar...ou seja, uma quadra coberta... aqui não tem nada. Os meninos brincam no meio da rua dividindo o espaço com os carros. Qualquer hora um pode ser atropelado. Então, essa seria a Vila Cristalina que eu queria deixar pra as novas gerações.

Entrevista com a moradora 6 (Evellyn). Arquivo: A6 - Tempo de gravação: 5m 43

Realizada em 20 de março de 2024. Identificação: Evellyn Raianny Pereira Delfino, 18 anos.

1 – Desde quando eu nasci. Então praticamente pra mim o bairro de Vila Cristalina é muito amado por mim porque eu cresci aqui, então...eu praticamente vi tudo isso aqui sendo construído pra vê como ele é hoje.

2 – Hoje para mim eu acho que acabou tudo néh...tudo o que eu vivenciei. Porque a minha infância era lavar roupa na bica era banhar na bica então é uma coisa que todo mundo se reunia que lavava roupas enfim tudo mais e sobre os alagamentos de vez em quando acontece mais acho assim em algum lixo ou outra né por conta de todo o lixo e tudo mais. E sobre o que causa? Sim, é o homem. O homem causa toda essa coisa indesejável no bairro.

3 – Enfim, sobre os empregos, sim algumas pessoas daqui da comunidade trabalham no centro empresarial do shopping, né? Porém, tem suas vantagens e desvantagem néh, até porque a gente não consegue ter muito acesso ao que eles prometeram, por exemplo. Até porque tá achando de preço, a gente vê que só aumenta cada dia. E sobre o asfaltamento, eu acho que ainda podia ser melhor, né? Porque aqui a gente viu uma coisa, mas se a gente for entrando nas ruas que continua sendo o bairro Vila Cristalina, tem algumas ruas que não são nada legais assim, se passar, entendeu? Que era uma coisa que era pra ser uma coisa mais avaliada, que ela fosse uma coisa ser vista de perto e ter mais atenção, sabe? Com relação aos benefícios, sobre a rede de esgoto, encanamento de água eu não tenho muita informação.

4 – Não antigamente a gente tinha todo um espaço de lazer porque não tinha um shopping não passava muito carro era só areia então quando chovia a gente banhava na chuva, brincava na poça, brincava de elástico...tinha até em questão de amizade assim a gente se perdeu porque a gente era todo mais unido e aí também sobre...gente esse shopping aqui só trouxe mais dor de cabeça...as coisas são tudo cara a gente vai comprar coisa no shopping vai com 100 reais...se voltar com 1 quilo de arroz é muito... e sobre praças essas coisas a gente não tem o que tem é a prefeitura que faz... e em três dias no outro dia está tudo quebrado.

5 – Não, e se procuraram foi só para acabar mais, mas nenhum acordo foi fechado e também nenhuma ajuda foi oferecida.

6 – No passado sim. Teve essa questão de querer tirar os moradores da comunidade. Principalmente as pessoas que moram aqui na palafita. No passado

teve. Hoje em dia, nem tanto, mas...alguma oportunidadezinha que eles tem... eu tenho certeza que eles fariam alguma coisa.

7 – Não.

8 - Eu desejo que seja uma Cristalina mais acolhedora como era antes. Onde as pessoas possam se vê. Se encontrar. Brincar. Tem aquele espaço pra brincar. Antes a gente tinha. Acho que a gente até reclamava por ser um bairro assim... deixar para as pessoas conhecerem o bairro como ele era...na parte de lazer, família, e tudo mais.

Entrevista com a moradora 7 (Izabel). Arquivo: A7 - Tempo de gravação: 23m 49s.

Realizada em 20 de março de 2024. Identificação: Rainha Izabel Pinheiro Pereira, 53 anos.

1 – Eu cheguei à comunidade em 14 de dezembro de 1989. A minha relação com a comunidade é muito boa. Sempre estive a frente de lutas para a conquista de bens para a comunidade, como por exemplo: implantação da energia elétrica, a comunicação, porque nesse tempo (1989), ainda usávamos orelhão... é...também a água...então, eu sempre estive a frente dessas demandas para trazer benefícios à comunidade. Nós também (eu e mais quatro companheiros) fazíamos parte, desde o mandato de Jackson Lago, do orçamento participativo, nós éramos cinco delegados aqui na comunidade, que buscávamos a questão do asfaltamento, de água...dos benefícios aqui para a comunidade.

2 – Em questão de alagamentos...nos nunca tivemos histórico de alagamento antes da chegada do Shopping da Ilha em 2009, pois as águas das chuvas que escoavam tinham seu trajeto natural, então não haviam alagamentos. Em questão dos mariscos que a comunidade usufruía aqui para o seu próprio sustento, infelizmente com a chegada do shopping foi tudo assoreado, então... os moradores não tiveram mais a possibilidade de tirar esses mariscos do mangue por causa do assoreamento. Infelizmente nos trouxe muitos prejuízos nessas questões também. Quanto à água, a Vila Cristalina recebeu esse nome em questão das fontes naturais (cacimbas)...aqui na época não tínhamos água encanada e, então, cada morador tinha um poço de água potável na porta da sua casa, porque a água era tão “florada” que em poucos metros 2 ou 3 ele já estava jorrando. Quando o shopping se instalou, a primeira coisa que ele fez foi entupir todos esses poços, né? Nós ficamos sem

água. Colocaram uma caixa d'água para abastecer a comunidade. Depois, não conseguiram sustentar mais a comunidade com esses carros pipas. Fizeram um poço ali onde fica a rotatória. No entanto, a água deste poço era imprópria para o consumo. Em 2017, com a construção do Ilha Park foi assoreada a única fonte mãe e, infelizmente hoje, não fazemos mais uso dela. Essa água era importante para a comunidade da Vila Cristalina e, também, para as adjacências. Quando faltava água na região, moradores de outras localidades se deslocavam até a fonte mãe (que nos chamávamos bica), então, foi um prejuízo imensurável nessa questão do abastecimento de água e nos ficamos sem saída.

3 – Na questão empresarial, ficou apenas no discurso, porque eu conheço apenas um jovem aprendiz que trabalha no Mateus. No shopping, eu não conheço ninguém. As portas são fechadas em questão de emprego. E a questão da subestação de energia, a comunidade não desfruta dessa energia. Eles abastecem energia também para o São Domingos. Esses sim desfrutam da energia elétrica. Ao contrário, né? Essa subestação, ela oferece risco de vida para as pessoas da comunidade. E ainda leva o nome do Ipase, né? na realidade nem fica dentro da...da comunidade, fica dentro do...do terreno deles. Não faz parte da comunidade, na realidade. E quanto benefício...eu não consigo enxergar esse benefício. Até mesmo porque a rua que foi asfaltada...nós já tínhamos várias solicitações na prefeitura. Apenas acelerou o processo da construção da rua. Até mesmo porque esta nossa rua, ela foi tomada de assalto pelo shopping da Ilha, da comunidade, porque esta rua, ela era mão dupla antes deles se apossarem dela. E hoje, infelizmente, é mão única porque é apenas...para o escoamento dos carros para dentro do shopping. E nós... e nos foi tolhido...o nosso direito de ir e vir...quer dizer... e nós temos o nosso veículo... e queremos ir para cá... para o centro...para onde ficaria bem mais perto para a gente ir para o centro... aqui no contrário...hoje nós não temos mais...esse direito... infelizmente. E quanto à água...e outra coisa...em questão da rua...foi apenas colocado o asfalto... nós não temos uma drenagem...nós não temos...esgoto...nada disso foi colocado para nós...eles apenas colocaram o asfalto...como já falei...no caso de emergência...porque eles estavam precisando desta rua...para o desfruto próprio. Agora, em questão da rua que fora feita atrás do Ilha Parque, essa rua não tem nada haver com o shopping... o shopping não moveu nada para que ela fosse pavimentada. Um projeto do governo estadual chamado rua digna foi o responsável pela sua urbanização. Continuando a terceira, em questão do valor imobiliário do

qual os empresários conseguem ver, nós como comunidade não enxergamos isso. Até mesmo porque se tivesse realmente aumentado o valor imobiliário das casas, os moradores certamente já haviam vendido...as suas casas para comprar... talvez até em outro bairro melhor...e assim...ficando ainda com dinheiro talvez para colocar um negócio...então...os moradores que...aqui residiam antes do shopping da ilha...continuam até hoje. Se você perceber... na tua pesquisa... você certamente não encontrou um morador novo aqui. Então... nós não... não...conseguimos enxergar essa questão da valorização imobiliária. Por que, se não, até eu mesmo já teria vendido a minha. Como você bem percebeu, nós temos ali também um grande risco em questão de uma caixa d'água que ela suporta, suportou na realidade, 300 caminhões-tanque de água, onde tem mais de 7 milhões e 500 mil litros de água. Se caso essa caixa d'água estourar, não sobra um morador de Vila Cristalina. Também a subestação, ela nos oferece grande risco de vidas. Também, aqui em frente às casas da comunidade de Vila Cristalina, que fica por trás ali da construção do Ilha Parque, dos apartamentos, existe uma casa de gás que também oferece risco para a comunidade. Se alguém, por exemplo, inocentemente passar fumando, jogar uma bagana de cigarro ali, já era também Vila Cristalina. Então, como você pode perceber a comunidade de Vila Cristalina até hoje não obteve nenhum lucro em questão destas construções aqui no entorno. Só foram prejuízos. Também a questão da via expressa, ela também nos trouxe grande prejuízo desabrigando 285 famílias, onde teve famílias que saíram de lá com apenas R\$ 1700,00 reais não dando nem para construir outra palafita. Em resumo, nenhum destes empreendimentos nos trouxe nenhum lucro.

4 – Na questão do lazer, hoje, infelizmente, não temos mais. Antes da chegada também do shopping, tínhamos quatro campos de futebol, onde as crianças e os jovens, até adultos, jogavam bolas, Tinha time de futebol, eles faziam disputas, chamavam outros times para disputar, então era muito bom. Mas infelizmente hoje isso aí tudo foi nos tirado. Também as crianças hoje infelizmente não têm mais onde brincar. Porque foi também tirado todo esse direito que assiste às crianças. Elas não têm mais onde brincar hoje. Nós também tínhamos uma piscina natural, onde servia de lazer para as crianças, também para adultos, onde faziam os piqueniques, vinham acampar, então era muito bom. E em questão das velocidades dos carros, do trajeto dos carros, ficou muito ruim. Porque é um tráfego muito intenso. Há muitas colisões de carro com moto, carros com carros. Também já houve acidente de carro

aqui com crianças que já foram atropeladas. Graças a Deus não foi grave, mas já foram atropeladas, infelizmente. E hoje, então, as nossas crianças vivem triste porque não têm lazer. Infelizmente, é um direito que foi tirado destas crianças. Hoje elas não têm mais onde brincar, não brincam mais de bola, não brincam mais de elástico e também na avenida não existem redutores de velocidade o que dificulta a vida dos moradores.

5 – As residências foram realmente danificadas, umas com rachaduras, outras com desnivelamento, onde tem casas que ficou com até mais de um metro de profundidade, onde tiveram outros que perderam totalmente as suas residências, como uma senhora chamada Marlene Reis. A casa dela foi danificada totalmente. Ela recebeu ajuda de um programa da Igreja Adventista chamado ASA, que essas pessoas conseguiram arrecadar materiais e construir a casa dela. E a Sá Cavalcante, ela nunca teve esse contato com a comunidade de reparação de danos. Inúmeras vezes já os procuramos para tratarmos sobre esses danos. Eles simplesmente falam que não existem danos. Onde a minha casa em 1 de fevereiro de 2021 foi interditada pela defesa civil. Onde a própria defensoria pública fez essa intervenção com eles, para que eles pudessem vir fazer logo o reparo da minha casa, porque era uma casa que estava. Mais prejudicado no momento, e eles simplesmente. Negaram, foi negada qualquer reparação. E como vocês sabem, temos processo em andamento, onde foram onde saiu uma sentença. Que foram condenados a pagar 12 milhões. Na questão ambiental e infelizmente até hoje. Nunca foi pago essa quantia. Onde também, nesses 12 milhões de reais, ficaram 6 milhões para os direitos difusos e coletivo, para o fundo, e restou 6 milhões para a comunidade, para alguns. Reparos na questão de escolas, creches, praças, mas, infelizmente, nem temos local para fazer. Esse tipo de reparo. Nós já queríamos, pelo menos, que, se esse dinheiro sair, para que possa fazer alguns reparos nas casas das pessoas. E outra coisa, os escoamentos da água desses, da construção. Teve também que danificar uma casa de uma senhora chamada Fátima. Derrubaram toda a casa dela lá e construíram uma sarjeta. E construíram a casa da Fátima em cima dessa sarjeta. Escoamento da água deles. Que esta casa não tem nenhuma segurança, não tem cinta. Só foram jogados os tijolos lá mesmo. E colocaram o telhado. A casa não tem a mínima segurança. Não há nenhum interesse em reparar os danos nas casas aqui. Eles nunca fizeram absolutamente nada. Tanto que se você for ver no mapeamento deles das vendas, dos

empreendimentos deles, você não vai ver nem a Vila Cristalina. A Vila Cristalina não existe no mapa deles. E outra coisa, assim que eles se instalaram aqui, não houve uma audiência pública. A comunidade não ficou sabendo de absolutamente nada. Quando nós nos espantamos, foi com os tratores fazendo desmatamento. Eu não sei se vocês lembram que, em 1998, houve uma ocupação nessa reserva, onde não puderam ficar os moradores e foram remanejados para Canudos, ali no Parque Vitória, porque não podia ter habitação, porque era uma área de reserva ambiental. Aonde chegou a ser assassinado um senhor chamado José Santana, que até recebeu uma homenagem do seu nome, em uma rua lá no bairro Canudos. E teve mais duas pessoas também que foram feridas por tiros. Então, quando chegou em 2009, tão logo, o shopping da ilha se instalou, e fez essa mega construção, como todos podem ver né? E trazendo prejuízo pra vizinha. É visível que não temos um pacto de vizinhança. Ou seja, eles nunca tiveram contato com a vizinhança.

6 – Existe, sim, uma pressão pela Sá Cavalcante para retirada da comunidade. Essa pressão existe de uma forma silenciosa, como no caso da chegada deles de forma sutil, do encurralamento na questão de onde não temos lazer, de não ter onde nossas crianças brincarem, nos sufocamentos das questões prejudiciais na comunidade, que tudo que oferece risco é para dentro da comunidade, eu entendo que tudo isso é uma forma de nos expulsar. Então, a nossa contraposta é resistência! Vamos resistir e não vamos sair daqui.

7 – Não existe uma comparação em questão financeira com o shopping da ilha, até mesmo porque a comunidade de Vila Cristalina veio a empobrecer muito mais com a chegada do shopping. Primeiro porque tiraram tudo que nós tínhamos na questão da alimentação, que as pessoas iam ao mangue, tiravam caranguejos, sururus, pescavam e hoje infelizmente não tem mais. Empresas foram fechadas, as casas foram danificadas com rachaduras e outros problemas, entendeu? Então, não vejo não uma forma de lucro que o empreendimento veio trazer para a comunidade.

8 - Eu desejo deixar para as próximas gerações uma cristalina que tenha lazer, uma cristalina que as pessoas possam ter uma convivência como nós tínhamos antes, embora isso a gente não consiga mais enxergar, porque não tem mais nem ânimo na realidade para que isso venha acontecer porque, como já falamos antes, nos foi tirado tudo. Nós éramos felizes e não sabíamos. Mas eu desejo para a comunidade, para as próximas gerações, uma comunidade que tenha paz, uma comunidade que venha a ter ruas dignas, uma comunidade que venha a ter uma rede de esgoto com

água boa e com residências dignas de pessoas, porque nós temos aqui quase 100 famílias que moram nas palafitas e que vivem em um local desumano. Até a rua que dá acesso a essas palafitas tem um metro de largura...nem é considerado rua.

Entrevista com a moradora 8 (Vanessa)

Arquivo: A8 - Tempo de gravação: 8m 53s. Realizada em 21 de março de 2024.

Identificação: Vanessa Batista da Silva Brito, 32 anos.

1 – Eu moro já tem algo e torno de onze anos aqui na Vila Cristalina e a minha relação com a comunidade é boa, é bem tranquila.

2 – Bom, em 2011 eu não era moradora aqui ainda. Cheguei aqui em torno de 2013, em 2014 foi feita a via expressa, particularmente não vi nenhum dano, nenhum prejuízo contra os moradores, pelo menos pra mim não, particularmente, mas em si O shopping, o condomínio Ilha Parque foi um transtorno, foram vários prejuízos, tanto na minha residência, quanto na rua, quanto para a minha filha. O registro, até mesmo pela TV Guará, eu relatando que a minha filha tinha que ir para a casa da minha mãe, que mora em outro bairro, para poder ela não pegar tanta poeira e nem também poder também dormir melhor, porque muito barulho de transporte, de vários tratores passando, muita poeira, barulho, acaba que interferindo no sono, no crescimento, isso ela recém-nascida em torno de quatro meses, né? E sim prejudicou bastante referente ao caranguejo e sururu. Tínhamos uma bica aqui de água cristal, né? A gente teve essas interferências mediante esses empreendimentos aqui ao redor da comunidade. No início, a rua não tinha infraestrutura, não tinha asfalto. Então, com a chegada desses empreendimentos aqui na Vila Cristalina, piorou ainda, com chuva, parecia que desciam enxurradas de chuvas. Nós não conseguimos nem andar direito. A comunidade tinha que colocar algumas madeiras, algumas coisas para poder ter acessibilidade nas casas dos moradores. Então, no início, principalmente durante a obra, que foi anos, fazendo esse empreendimento aqui, foi esse caos todinho aqui para a comunidade. Depois, bem depois que eles vieram com os bloquetes para poder colocar na rua, isso depois de todo o prejuízo, de todo o caos para todos os moradores da Vila Cristalina. Colocado o bloquete é que a chuva vem e escoar rapidamente.

3 – Gerou sim. Eu conheço uma manicure e um rapaz da limpeza que trabalha lá. Depois que o shopping chegou nosso acesso a água piorou, vinha fraca e suja

durante a obra, nós já tínhamos energia elétrica e ele instalaram a rede de esgoto pra nós.

4 – Infelizmente não. A gente vê mesmo passando pelas ruas a falta de acessibilidade das crianças e a preocupação também em relação aos carros ter que tirar o travinho para poder os carros passar. Porque não tem outro espaço para que eles possam brincar com mais tranquilidade. Com mais, como eu posso dizer, com mais segurança, né? Então, tirou essa liberdade, né? Então, aqui na minha rua, vir aqui, saindo daqui, bem dificultoso eles brincarem, principalmente na avenida principal, porque tem um grande fluxo de carro, então ali geralmente eles brincam de queimado, mas dificilmente mesmo eles brincam por questões mesmo de carros que passam em alta velocidade, que eu já cansei de ver, né, então alguns não respeitam também essa consideração, na verdade não respeitam essa brincadeira das crianças da comunidade. Então, não é nada fácil.

5 – Não, nenhum tipo de acordo foi fechado. Nunca veio ninguém do Grupo Sá Cavalcante para ver os danos que nós tivemos aqui. Eu, particularmente, tive danos de acordo com um empreendimento ao lado da minha casa, do residencial Ilha Parque. Eu fui prejudicada com eletrodomésticos, por exemplo, como televisão. Minha casa teve algumas rachaduras, tivemos eu e meu esposo que tivemos que tirar dinheiro do nosso bolso e tudo para poder a gente estruturar a casa novamente, porque devido a vários maquinários aqui pesados passavam pela rua. E acabava que tremia bastante aqui a nossa casa e também a casa da comunidade. Então, nós nos juntamos para estarmos junto ao Ministério Público, para poder a gente vê como poderia fazer para minimizar nossos prejuízos. Sempre tem audiência, mas nunca algum tipo de acordo para beneficiar a comunidade é fechado.

6 – Certo, só pelo fato deles chegarem, como podemos dizer, invadindo a comunidade, colocando esse empreendimento grandioso aqui com vários maquinários e outras coisas mais que a gente teve prejuízo, pra gente já foi realmente uma pressão, certo? Na minha casa não veio ninguém para poder pedir ali que a gente viesse sair e indenizar, no entanto, outros moradores foram indenizados e saíram da comunidade.

7 – Não, acredito que não. Nós preferimos permanecer em nossa comunidade.

8 - Para as próximas gerações eu quero deixar uma Vila Cristalina mais com segurança para a comunidade para a minha filha que tenha uma infraestrutura melhor que tenha uma quadra que ela possa ter liberdade para brincar liberdade

para ficar com os amigos. E também seria interessante que tivesse ali um parque de diversões, um parque que tivesse ali alguns brinquedos que eles pudessem brincar. Seria interessante para a comunidade também. Mais iluminação porque aqui somos muito pobres quanto à iluminação.

Entrevista com a moradora 9 (Maria). Arquivo: A9 - Tempo de gravação: 10m 08s.
Realizada em 21 de março de 2024. Identificação: Maria Nazir Paixão, 64 anos.

1 – Eu tenho uma ótima relação com a comunidade. São todos meus amigos. Gosto de todos. Sou bem relacionada. Desde que eu cheguei aqui, eu cheguei aqui em 1988. Aqui na Vila Cristalina era só mato, não tinha rua, não tinha nada. Eu sei que... Sabe por que aqui é Vila Cristalina? Por causa da água. Tinha água bastante. Aqui cada pessoa tinha um poço. Ali na frente, ali onde eles fizeram aquele sítio, aquele matinho, aquele sítio ali, ali era, tinha tipo assim uma piscina ali, a cor mais linda ali. Essa bica bem aqui de perto, aqui atrás do Ilha Parque, era a bica mãe, todo mundo vinham buscar água dessa bica. O pessoal da SUCAM vinha coletar a água e atestavam que ela era mineral.

2 – Sururu não tinha. Tinha caranguejo, juçara, muita juçara. Tinha outro aqui, rapaz, que eu não esqueci. Tinham as aves, os animais, tinha um rio aqui atrás que até jacaré tinha. E era muito bom nessa época, porque era natureza, era tudo natural. Jussara tinha muito, mas... Mas depois que eles vieram construir o shopping, ali no shopping, foi muito ruim, porque acabaram com tudo. Acabou com tudo. Aqui desse lado do Ilha Parque, foi pior pra nós, porque eles tiraram o poço, tiraram a bica que tinha aqui, que a gente bebia água, e não queriam deixar nada. A gente que lutou, foi que eles deixaram ali um poço ali ainda, que quando falta água, o pessoal vem buscar, mas não presta mais pra beber. Aqui é um fedor tão grande aqui no quintal, daí do esgoto deles que eles botaram aqui na maré, é um fedor tão grande que às vezes a gente tem que ir pra fora, tem que fechar a porta do fundo e ir pra fora porque não aguenta o fedor, depois que eles fizeram o shopping. O shopping foi bom? Foi, foi bom, deu emprego pras pessoas e tudo. Hoje tem rua, tem as coisas, mas essa rua aqui, Não foi só com a Sá Cavalcante que fez, não. Essa daqui foi os moradores. A prefeitura mandou os materiais e os moradores fizeram. Ele mandou o bloquete e os moradores fizeram a rua. Eu fiz mocotó para os moradores comerem aqui enquanto trabalhavam. Tu sabe de onde a gente tinha luz aqui? A gente ligava

do Vinhais a luz, pelo mangue, entendeu? Ninguém nunca veio botar luz pra gente, achar que era caro, não sei o quê. Aí veio aquele político, foi Ivan Sarney. Foi Ivan Sarney que veio e disse que ia botar luz se a gente pagar. Pagava.

3 – Ó, aqui, depois, quando eles começaram a construir aqui o prédio, que é a nossa abrigo mais, e aqui com o Ilha Park. Aqui era horrível demais, era lama, menina, era lama. Os meninos, quando iam pro colégio, eles amarravam o saco no pé. O saco no pé, pra poder chegar ali em cima. E tem mais, o prejuízo, a gente tá com um processo com o povo da Ilha Parque, tá com muitos anos. A minha casa, tu pode ir lá e tirar foto da minha casa, tá rachando todinha, já tá com mais de três anos de sair o quadro. Eles nunca resolveram nada, entendeu? Porque por causa daquelas máquinas muito pesadas, aí a casa rachou, minha casa rachou quase toda. A minha netinha aqui não conseguia nem dormir, porque a minha nora ia com ela pra casa da mãe dela.

4 – Não, porque eles não fizeram nem nada para as crianças brincarem. Eles tiraram toda a liberdade que as crianças tinham de brincar. Tinha uns campos de futebol ali. Eles tiraram tudo e não fizeram nada. Aqui você vê mesmo a rua. Não tem nada. Eles tiraram tudo. As crianças não têm aonde brincar.

5 – Não, não foi fechado. Porque eles querem dar mixaria que não dá pra gente fazer o serviço da casa. Primeiro eles queriam trazer o material, mandar o material. Aí não aceitaram porque tinha que ser o dinheiro, né? O dinheiro. E aí, a comunidade não aceitou a proposta deles. Até porque, uma vez a gente fez uma reunião, eles botaram uma proposta tão indecente, ele botava que ia dar 50 mil pra negócio de esgoto e...de esgoto, como é que diz? Pra ajeitar um negócio de esgoto, né? Pra descer esgoto e tudo, coisas que não tem necessidade que a necessidade mesmo era eles ajeitarem as casas que estão tudo rachada principalmente a minha porque se tu for contar a minha eu vou ajeitar. A gente tá com a Sá Cavalcante na justiça e eles nunca decidem, nunca resolvem nada.

6 – Não, que eu saiba não. Eles compraram algumas casas para esse negócio de esgoto. Mas, tirando isso, não.

7 – Aqui, nós somos invisíveis para eles. A gente nem existe. Aqui, se a gente vai pegar um Uber, vai botar no mapa, não tem nem no mapa, não tem Vila Cristalina aqui. Eles botam o endereço do Bequimão, porque aqui na Vila Cristalina é invisível. Se você botar, você não vê nada. Não aparece nada. Pra eles, a gente só existe

quando a gente vai lá no supermercado Mateus comprar, lá no shopping, gastar nosso dinheirinho, a gente ganha lá, entendeu? Aí sim, aí a gente existe.

8 - Rapaz, a Vila Cristalina, que é onde a gente mora, era pra ser um bairro bem movimentado assim. Aqui não tem uma praça, aqui não tem onde um idoso vai fazer exercício, entendeu? Eu vejo nesses outros bairros aí, que diz que é nobre aí, tem praça para criança brincar, tem quadra, tem equipamento para os idosos fazer exercício, mas aqui na Vila Cristalina eles tiraram todos os nossos direitos, nós não temos nada. Nós não temos direito a nada aqui na Vila Cristalina agora. Então, eu desejo que mais tarde, mais tarde, seja... Que mude né? Porque terreno tem pra fazer, terreno tem. Inclusive aqui perto do Ilha Parque, dá pra fazer muita coisa pra comunidade.